



Diretor Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto Padre José Baptist





AUDIÇÃO PARLAMENTAR

CNIS quer mais acompanhamento e menos zelotismo



DIA DA CNIS

Proclamação em nome e pelo bom nome das IPSS



POMBAL Fundação de Abiul aposta nas novas tecnologias



BRAGANÇA Misericórdia celebra 500 anos com vasto programa



COIMBRA Prémio CASES distinguiu os melhores de 2017



Autorizado pelos CTT a circular en involucro ferbado de plástico.

AXA PAGA Autorização DEO/415/204004/DCN Mersário da CNIS



José Leirião Membro da CNIS

O Futuro da Europa

Em Dezembro de 2016, numa sessão plenária do CESE, o Presidente Junker afirmou que "não há união suficiente nesta Europa". Em Março do ano passado, a pedido do Presidente Junker a Comissão publicou o chamado Livro Branco sobre o "Futuro da Europa" no qual foram publicados cinco possíveis cenários, com o objectivo de identificar a visão e as prioridades, nas quais a Europa deveria evoluir até 2025. Foram organizados debates com as organizações da sociedade civil, em todos os Estados Membros, durante todo o ano. Destas consultas foram compiladas todas as sugestões e ideias. Entretanto, em 25 de Março 2017 os dirigentes dos 27 Estados Membros adoptaram uma Declaração sobre os cenários propostos no livro branco. Aguarda-se por propostas concretas da Comissão sobre o alcance e a qualidade desse

O Comite Económico e Social Europeu, em Setembro passado, adoptou uma resolução sobre os cinco cenários concluindo que nenhum deles era suficiente robusto e ambicioso para responder aos desafios societários colocados aos mais variados níveis e que "o caminho que temos pela frente só poderá conduzir a resultados positivos se for norteado por um sentido de missão comum que exprima a convicção dos fundadores do projecto europeu e se refletiu posteriormente em cada um dos avanços significativos alcançados. A União Europeia deve mobilizar os instrumentos legislativos e de orientação, o financiameno e os mecanismos de cooperação ao seu dispor para poder avançar em todas as dimensões pretendidas. O Tratado de Lisboa indica o caminho."

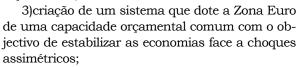
Ao completar 60 anos de vida, o projecto europeu está perante sérios desafios, conduzindo a dúvidas sobre o seu futuro, incluindo as consequências do Brexit. A razão mais forte para o crescente divórcio da sociedade civil das estruturas governativas da Comissão e dos governos nacionais (não podemos só atirar as culpas para a Comissão pois o ajustamento e implementação das politicas é da responsabilidade dos governos nacionais) é a de que a União Europeia falhou as expectativas dos cidadãos no que respeita à convergência e ao crescimento inclusivo.

Embora recentemente algum crescimento sustentado esteja para ficar mais dois ou tres anos, o que é um facto é que os países que constituem a Zona Euro perderam uma década e só em 2015 o PIB atingiu o valor de pré-crise em 2008, torna-se pois necessária uma iniciativa pragmática e ambiciosa no sentido de "reformar a união económica e monetária" para a tornar mais resiliente e amiga dos cidadãos. Tal reforma implica a melhoria da coordenação da política económica e também uma reforma que combine de forma inteligente ambos: a Europa do Norte e Centro mais baseada nas regras competitivas de mercado e a Europa do Sul baseada em mais solidariedade, partilha de risco e integração. A União Europeia não pode desistir de uma solidariedade comum, especialmente em situações extremas tais como: empobrecimento, desigualdade de rendimentos, gestão de migrações e, não persistir na ideia de que cada Estado Membro faça a "sua coisa por si só".

Finalmente, uma boa notícia, pelo menos em intenções, a Comissão parece estar determinada, quase em fim de mandato, em reformar a Zona Euro e aprofundar e completar a "União Económica e Monetária" propondo alterações profundas no funcionamento da Zona Euro, tais

- 1) transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num "Fundo Monetário Europeu";
 - 2) reformulação e simplificação das regras

orçamentais;



- 4) garantia de resolução bancária, através da criação de um 'Fundo Comum' financiado em primeira linha por contribuições dos bancos;
- 5) garantia de um "Seguro Comum de Depósitos" que possa ser activado em caso de colapso de um banco em qualquer Estado Membro;
- 6) criação da posição de Ministro das Finanças e Economia da Zona Euro que seria responsável pelo orçamento da Zona Euro.

Estas são medidas há muito tempo discutidas e que tem agora uma oportunidade de serem adoptadas sendo as negociações conduzidas pela Bulgária que preside ao Conselho Europeu durante este semestre.

Podemos dizer que o "momento da verdade" chegou, em que todos os Estados Membros são chamados a pronunciarem-se se, de facto, querem uma União Europeia forte, sólida, solidária e plural ou não. Com efeito, este é o momento mais favorável, em que existe optimismo devido ao crescimento económico sustentado em todos os Estados Membros e, se não aproveitado, podemos entrar num 'buraco negro' com destino desconhecido, esperemos que a "elite política" esteja à altura das responsabilidades, tenho esperança mas, também, dúvidas em relação à qualidade dessa elite.



CHAMA DA SOLIDARIEDADE

Depois de Grândola e Alcácer do Sal segue-se o concelho do Barreiro

A Chama da Solidariedade prossegue a visita aos concelhos do distrito de Setúbal. Depois de em janeiro ter passado pelos concelhos de Grândola e de Alcácer do Sal, o mês de fevereiro é dedicado ao Barreiro.

A Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, o Centro Social e Paroquial Padre Abílio Mendes, a CATICA - Centro de Assistência à Terceira Idade de Coina e Arredores, o Centro Social e Paroquial de Santo André, a Associação de Mulheres com Patologia Mamária, o Jardim de Infância D. Pedro V, o CRIVA – Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira, a Sociedade Democrática União Barreirense «Os Franceses», a Associação Persona - Associação para a Promoção da Saúde Mental, a Associação Nós - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente, o Cantinho Alegre da Infância, a Santa Casa da Misericórdia do Barreiro e o Centro Social de Santo António são

algumas das instituições que acolherão a flama solidária ao longo do mês.

No dia 20 de fevereiro, a Chama da Solidariedade, iniciativa da CNIS a ser dinamizada no terreno pela UDIPSS Setúbal, atravessará as fronteiras do concelho do Barreiro para entrar no da Moita, por onde prosseguirá o seu périplo que tem final previsto para a cidade de Setúbal, no dia 8 de junho, aquando da realização da Festa da Solidariedade.



Padre Lino Maia Presidente da CNIS

Contratação Coletiva

1. Desde que, a partir de 1997, a CNIS – e antes a então UIPSS - passou a ter competência para negociar com as estruturas sindicais convenções coletivas de trabalho, pode dizer-se que a opção por uma contratação coletiva de trabalho leal e responsável com os representantes dos trabalhadores tem constituído uma orientação sem desvios da nossa Confederação.

Também, sem receio de errar, se pode dizer que esta posição tem sido constante e recíproca, não se tendo verificado, salvo uma ou outra situação pontual, desvios à regra de resolver entre as organizações representativas, quer das Instituições, quer dos trabalhadores, os problemas que o próprio desenvolvimento das relações de trabalho eventualmente suscite.

É de salientar, quer a compreensão da generalidade das organizações sindicais, no tocante à escassa margem de negociação de que as Instituições dispõem, designadamente em matéria salarial, quer o seu reconhecimento da preocupação da CNIS em, nesse quadro de necessária contingência orçamental, procurar afetar à mais justa compensação salarial eventuais e sempre insuficientes atualizações dos valores dos acordos de cooperação.

Como exemplo de que assim é, e assim sempre tem sido, cabe salientar o facto de o Sector ter beneficiado desde sempre de uma assinalável paz social, não obstante a unanimemente reconhecida precariedade dos valores de remuneração da chamada Tabela A; mas também o facto simétrico de que, mesmo durante o período chamado do "ajustamento", e das recomendações da troika para o enfraquecimento da contratação coletiva e para as restrições das portarias de extensão, a CNIS ter mantido a vontade de negociação permanente, tendo mesmo celebrado, durante esse período, novos contratos coletivos de trabalho e requerido a emissão de portarias de extensão - embora, neste caso, sem sucesso.

É por essa razão que o Sector Solidário pode apresentar como resultado da sua opção quanto à contratação coletiva o facto assinalável de, à data da saída de Portugal dos credores internacionais, o nosso Sector representar cerca de um terço dos trabalhadores cujas condições de trabalho eram reguladas por via negocial coletiva.

Este entendimento tem sido mantido com as duas centrais sindicais - a CGTP e a UGT -, permanecendo em vigor, neste momento, três contratos coletivos, dois dos quais com Federações filiadas na CGTP - FEPCES/FENPROF e FNSTFPS -, e o outro com uma Federação filiada na UGT - a FNE.

Dois desses Contratos Coletivos foram celebrados ou revistos na segunda metade de 2017, o terceiro é de Agosto de 2015.

2. Em recente manifestação, a propósito das condições de remuneração praticadas nas Instituições e previstas nesse CCT, uma das Federações que mantém um contrato coletivo de trabalho com a CNIS em vigor, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - a FNSTFPS -, veio propor que o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, que todos os anos atualiza os valores da comparticipação da Segurança Social nos acordos de cooperação, contivesse uma rubrica específica para os trabalhadores da IPSS com uma cláusula relativa à atualização das remunerações dos trabalhadores das IPSS.

Não parece que essa fórmula, proposta pelos sindicatos, seja a mais adequada.

Na verdade, é na contratação coletiva, entre as partes, entre os representantes dos trabalhadores e os representantes das Instituições, que as condições de trabalho devem ser ponderadas e

Não num instrumento em que as partes contratantes são outras: o Governo e os representantes das Instituições: IPSS, Misericórdias,

O que não quer dizer que não haja uma conexão muito forte entre a política de cooperação e a política salarial.

3. As grandes fontes de receita das Instituições são as comparticipações da Segurança Social e as comparticipações dos utentes; e, num tempo em que estas tendem a baixar, quer por constrangimentos das famílias, quer pelo reforço da opção preferencial pelos mais desfavorecidos, qualquer alteração significativa da política salarial - que representa cerca de dois terços da despesa das Instituições - terá de ter amparo na política de cooperação.

Já assim sucedeu, de forma inovadora,



embora insuficiente, em 2017, na medida em que a Concertação Social determinou que o impacto resultante do aumento da RMMG desse ano na despesa com remunerações fosse acomodado - como agora sói dizer-se – no aumento da cooperação com a Segurança Social.

Para 2018, no entanto, não se verificou acordo na Concertação Social, quanto ao aumento da RMMG, pelo que também não foi aprovada nenhuma resolução quanto aos seus efeitos no Sector Social e Solidário.

No entanto, espera-se que o reconhecimento, que abriu caminho em 2017, de que é pela cooperação com a Segurança Social que será possível corrigir os principais e injustos constrangimentos salariais relativos a grande parte dos trabalhadores das IPSS, prossiga em 2018 o mesmo rumo, nas negociações para a Adenda para 2018 do Compromisso de Cooperação.

Mas uma coisa é certa: não será apelando a um papel predominante do Estado na gestão das respostas sociais, da infância à juventude, da família à comunidade, dos idosos às pessoas com deficiência, dos sem-abrigo aos ex-reclusos, secundarizando o papel das Instituições de Solidariedade, como foi reivindicado na recente manifestação sindical, que os representantes dos trabalhadores das IPSS estarão a defender os interesses destes mesmos trabalhadores que representam.



DIA DA CNIS

Autorregulação deve passar por uma entidade independente do Setor Solidário

A CNIS assinalou 37 anos de vida com uma sessão comemorativa em Fátima, que contou com uma forte e participada presença das instituições associadas. A sessão, que decorreu na Casa do Verbo Divino, contou com a participação do sociólogo Manuel Carvalho da Silva e do jurista Henrique Rodrigues, que abordaram as temáticas da autonomia, da cooperação, dos valores e da identidade das IPSS.

Na sua intervenção, o presidente da CNIS, após traçar um retrato geral do Setor, abordou o ambiente que as IPSS têm vivido nos últimos tempos e foi porta-voz de uma proclamação que lança para o debate um conjunto de declarações e recomendações em nome das IPSS (ver destacável da presente edição).

Destaque para o 16° e último ponto, em que o presidente da CNIS revelou a proposta de "criação de uma entidade independente, acompanhada por uma comissão de acompanhamento, constituída pelas quatro organizações representantes das instituições de solidariedade [para além da CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades, desde novembro a Confecoop, por albergar as Cerci, também faz parte deste lote], com poderes de autoridade".

Esta é a proposta da CNIS para que se crie uma entidade de autorregulação com poderes para: "Emitir credencial comprovativa da legal constituição e regular financiamento das IPSS; Fiscalizar a utilização da forma de IPSS, com respeito pelos princípios e normas relativos à sua constituição e funcionamento; Recolher elementos referentes às IPSS que permitam manter atualizados todos os dados que se lhe referem, designadamente relativos à sua constituição, à alteração de estatutos, às atividades desenvolvidas, aos relatórios anuais de gestão e de prestação de contas; Fiscalizar o cumprimento dos acordos de cooperação e as condições de trabalho; Fiscalizar as condições dos equipamentos, nomeadamente as condições de proteção, de higiene e de segurança, a qualidade dos serviços e a satisfação dos utentes; Assegurar, nos termos da Lei, a suspensão ou cessação dos acordos de cooperação, o procedimento de contraordenação e a aplicação de coimas; Requerer, através do Ministério Público, junto do tribunal competente, a dissolução das IPSS que não respeitem, na sua constituição ou no seu funcionamento, os princípios consagrados nos Estatutos das IPSS, que utilizem sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objeto e que recorrem à forma de IPSS para alcançar indevidamente beneficios fiscais ou outros atribuídos por entidades públicas; Requerer, junto do serviço do registo competente, o procedimento administrativo de dissolução das IPSS cuja atividade não coincida com o



objeto expresso nos estatutos".

Antes Carvalho da Silva havia começado a sessão por afirmar que "a CNIS é filha da democracia" e "tem um papel muito importante na sociedade portuguesa".

De seguida, o sociólogo abordou alguns dos momentos atravessados pelo Setor Social e Solidário e colocou essencial enfoque nos desafios que, em parte já são experienciados, mas que se intensificarão no futuro, pelo que pediu atenção a todos, lembrando: "É necessário um mapeamento dos desafios emergentes".

Carvalho da Silva alertou ainda para os perigos da "financeirização da economia e da mercantilização do trabalho", sublinhando que "Portugal tem uma especificidade muito própria [as IPSS] que deve ser trabalhada e estimulada".

Em «Setor Social Solidário - Autonomia e Cooperação», Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, deixou aos presentes uma ideia do que é aquilo da autonomia e cooperação, como se tem desenvolvido ao longo dos tempos e

que legislação a tem regido as relações das IPSS com o Estado.

"São, no essencial, três os níveis de interseção do Estado nas atividades das instituições: ao nível da regulamentação, ao nível da fiscalização e ao nível da substituição", sustentou, apontando entre outras situações que "falta levar o espírito e os valores da cooperação à vertente fiscalizadora", ou seja, "ao exercício da competência da avaliação intrínseca das atividades de natureza pública das IPSS".

Para obstar a isto, a proposta de Henrique Rodrigues é a constituição de "uma entidade, ou instância, participada, com parte de titulares dos órgãos executivos constituídos por representantes das instituições".

A sessão moderada pela presidente da Assembleia Geral da CNIS, Manuela Mendonça, congregou em Fátima mais de 250 representantes das IPSS associadas, que demonstraram o seu interesse nas diversas intervenções que fizeram quando o tempo foi de debate.



CONFEDERAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL PORTUGUESA

Dúvidas esclarecidas e receios afastados "agora há um tempo para decidir"

O Dia da CNIS, para além da sessão matinal em torno dos valores e identidade da solidariedade e da autonomia e cooperação no Setor Social Solidário, foi preenchido, da parte da tarde, por uma sessão de esclarecimento sobre a novel Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP), a criar até dia 31 de março próximo.

No seguimento da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, em novembro de 2017, que suspendeu a votação sobre a adesão da CNIS à CESP e solicitou um melhor esclarecimento às associadas, a Direção realizou uma sessão em que explicou novamente o que é e o que não é a CESP e o caminho trilhado até à assinatura da Carta de Compromisso para a sua criação, igualmente em novembro passado.

São conhecidas as reticências iniciais que a Direção da CNIS teve quanto à adesão à nova organização que se desenhava no dealbar do ano de 2017, mas, como referiu, em Fátima, o padre Lino Maia, "fez-se caminho ao longo do último ano".

Salvaguardar a posição da CNIS e os interesses das IPSS associadas era a prioridade, daí que no início do processo houvesse o "receio" de uma possível "dissolução da CNIS no todo da Economia Social", o que seria contrário aos propósitos e aos interesses da CNIS.

"Se fosse para nos dissolvermos, diria que não. Se estivéssemos lá para que a Cooperação com o Estado fosse para toda a Economia Social, diria que não", afirmou o presidente da CNIS, lembrando que a Economia Social é formada por famílias muito diferentes, para de seguida defender: "Com os atuais estatutos, cuja redação teve um forte contributo da CNIS, estas situações ficaram salvaguardadas".

A este propósito, o padre Lino Maia frisou que "os estatutos tiveram uma forte influência da CNIS, para que todos tenham cabimento sem se anularem".

E o presidente da CNIS recordou ainda outra razão pela qual era bastante cético no princípio de todo o processo: "Uma das pressões era para que, depois de constituída a Confederação, houvesse uma voz única, extensível à Cooperação. Fui maltratado no início por recusar isso, mas agora sou respeitado porque forçámos a nossa posição e fizemos valer o que somos".

João Dias, presidente-adjunto da CNIS e que esteve diretamente envolvido na elaboração dos estatutos, lembrou que, inicialmente, o projeto de estatutos "era uma realidade copiada de Espanha".

Ora, sendo o mundo das IPSS uma realidade tão portuguesa e só portuguesa, não fazia sentido importar um modelo para Portugal cuja realidade tem cambiantes muito próprias e insubstituíveis.

"Neste momento tenho algum medo que com oito ou com cinco membros a CESP vá avançar e que amanhã haja problemas com a



Cooperação", alertou o padre Lino Maia, depois de referir que há duas organizações das que assinaram a Carta de Compromisso que não pretendem aderir à CESP se a CNIS não o fizer.

"Garantida a autonomia da CNIS, se não estivermos lá alguém vai decidir por nós", sustentou João Dias, acrescentando: "Garantir a autonomia destas oito famílias no seio da Economia Social foi o grande trabalho da CNIS na elaboração dos estatutos. Cada um fala por si e nos fóruns próprios defendem-se a si próprios e terão a representação que têm agora. Da soma destas realidades, quando se colocar, a representação global será feita pela CESP, como, por exemplo, em candidaturas a programas europeus que só o poderão fazer em representação global".

Ao longo da sessão, pela Direção, o padre Lino Maia, João Dias e ainda José Leirião, sob moderação de Lacerda Pais, presidente do Conselho Fiscal, traçaram o retrato do processo de elaboração dos estatutos e do caminho percorrido pela CNIS no seu seio e responderam às diversas questões levantadas pelos representantes das IPSS presentes.

No fundo, explicaram que os "receios", os "cuidados", as "dúvidas" iniciais tinham razão de ser, pois a posição da CNIS e os interesses das IPSS não estavam devidamente defendidos, mas que, ao longo do processo de diálogo estabelecido entre as oito famílias da Economia Social, por "forte influência" e "grande contributo da CNIS" aquele cenário desvaneceu-se. O resultado é uma plataforma em que as partes formam um novo todo, mas sem perderem a sua autonomia, a sua identidade e a sua voz no que a cada uma delas diz respeito (leia-se, no caso da CNIS, por exemplo, Cooperação).

Dentre os representantes das associadas presentes e que intervieram a grande exigência foi que a temida, inicialmente, "dissolução no caldeirão da Economia Social" não aconteça.

"É preciso salvaguardar o papel da CNIS". "Que a CESP não vá distorcer o que o Setor Social Solidário tem feito e é". "Tudo no mesmo saco deixa-me um bocado cético, mas confio no padre Lino e na CNIS". "A minha instituição não tem receio nenhum, porque está ciente de que quem nos representa sabe o que está a fazer e tem confiança em quem nos representa".

Estas foram algumas das frases proferidas a partir da plateia no debate da sessão de esclarecimento, em que foram várias as dúvidas suscitadas e as questões colocadas.

Uma dessas perguntas foi acerca da futura liderança da nova estrutura.

"É vontade que a primeira liderança seja da CNIS e do padre Lino Maia", começou por responder João Dias, numa altura em que os futuros órgãos sociais da CESP ainda não estão atribuídos, acrescentando: "Ninguém sabe muito bem o que a Confederação da Economia Social Portuguesa será e, por isso, é consensual que seja a CNIS com o perfil do seu presidente, porque a personalidade do padre Lino ajuda ao

Vários representantes das IPSS presentes solicitaram a divulgação dos estatutos da CESP, o que a Direção da CNIS já disponibilizou através do seu sítio na internet.

Agora, é preciso voltar a discutir a matéria e promover a votação da proposta da Direção, o que acontecerá a 24 de março, aquando da realização da próxima Assembleia Geral.

"Somos uma organização democrática. Este processo é uma mostra de maturidade e estivemos aqui para esclarecer quem tinha dúvidas", sustentou o padre Lino Maia, no final da sessão, rematando: "A CNIS existe por todos e para todos e não temos que falar sempre a uma voz. Agora há um momento para decidir".



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CNIS defende mais acompanhamento e aposta na sustentabilidade das IPSS

Estabelecer equilíbrio nas admissões tendo em vista a sustentabilidade das IPSS e criar uma autoridade independente que superintenda o Setor Social Solidário foram duas das ideias que o presidente da CNIS transmitiu aos deputados na audição parlamentar na Comissão de Trabalho e Segurança Social, no âmbito de um requerimento do Bloco de Esquerda (BE).

O padre Lino Maia começou por fazer uma exposição abordando os temas suscitados no pedido de audição da secretária de Estado da Segurança Social pelo BE, como questões relacionadas com admissões em ERPI ou em creche, as cantinas sociais, o PROCOOP ou ainda a fiscalização/inspeção.

A propósito deste último tema, o presidente da CNIS, já no período de resposta às perguntas colocadas pelos deputados, começou por dizer que "não há diminuição de fiscalização", afirmando que, "às vezes, até parece é excessiva". Agora, "o que falta é acompanhamento" e um "manual de boas práticas" para quem fiscaliza, afirmou.

Antes, na exposição que fez, o padre Lino Maia já havia deixado bem clara a posição da CNIS sobre esta matéria de fiscalização e inspeção: "Trata-se de um aspeto em que persiste uma profunda e insanável divergência entre as IPSS e os serviços públicos responsáveis por tais atribuições. Decorrente, certamente, do lento e progressivo esvaziamento dos Serviços de Segurança Social, ao longo das duas últimas décadas, em competências e em recursos humanos, a matriz de relacionamento entre as IPSS e os Servicos dos Centros de Seguranca Social, que era de acompanhamento próximo e pedagógico - e atento ao funcionamento real da resposta social - foi substituída por uma avaliação burocrática e assente em indicadores extrínsecos à qualidade efetiva dos serviços prestados".

Por outro lado, o padre Lino Maia defendeu que se deve "evitar o zelotismo, porque reduzir nas exigências não é diminuir a qualidade dos servicos".

Reafirmando que "tem diminuído, em qualidade e em número de ações, o acompanhamento", enquanto se verifica um "aumento da fiscalização", o presidente da CNIS defendeu, aliás como já tinha feito na cerimónia do 37° aniversário da CNIS em Fátima, "a criação de uma autoridade independente que superintendesse ao Setor Social Solidário".

Para a CNIS seria positivo criar uma autoridade independente que acompanhe e fiscalize o Setor Social Solidário para que "não haja instituições de solidariedade virtuais e estabelecidas só para apanhar incautos".

Outra das matérias que o BE, representado pelo deputado José Soeiro, queria ver abordada



por parte da CNIS dizia respeito aos critérios na admissão de utentes em ERPI e em creche. O BE acusa as IPSS de "seletividade na seleção dos utentes" cuja admissão "fica ao critério do presidente da instituição".

O padre Lino Maia começou por lembrar os deputados que as IPSS "têm que ter receitas para responder às necessidades" e, afirmandose "contra admitir apenas pessoas que podem pagar", apontou dois caminhos: "Ou as instituições equilibram a entrada de utentes que podem pagar com os que não podem pagar ou terá que haver uma compensação do Estado para garantir a sustentabilidade das instituições".

Mais à frente, ainda a este propósito, o presidente da CNIS relembrou que "o Estado tem competências e obrigações que não deve abrir mão", sendo o "responsável pelas políticas sociais sustentáveis e corresponsável pela sustentabilidade das IPSS", pelo que "tem que haver uma diferenciação positiva e por isso falamos em compensação".

Já na exposição inicial, o líder da CNIS,

depois de lembrar aos deputados os valores do custo mensal e de comparticipação por utente nas referidas respostas sociais, argumentara que "parece inútil ter de explicar que a admissão dos utentes que recebem pensões mínimas – mesmo atualizadas, como têm sido – e que não disponham de mais rendimentos terá de ser contrabalançada pela admissão de utentes que possam pagar a diferença entre a comparticipação da Segurança Social e o custo efetivo – seu e do outro exemplo".

Sublinhando que "é certo que as IPSS se treinaram a gerir a escassez", o padre Lino Maia referiu que "importa ainda lembrar que as respostas sociais podem apresentar superavit real – única forma de manter em funcionamento respostas sociais cronicamente deficitárias, como as creches familiares, os Centros de Atividades de Tempos Livres e os Centros de Dia para idosos", concluindo: "A não ser que a opção seja a de encerrar estas respostas sociais".

"Somos a favor da transparência e, se todos publicarem as contas, podem verificar que a



transferência do Estado para as IPSS é de cerca de 42%" do total de verbas que estas movimentam e "temos cada vez mais pessoas a precisar e menos a pagar".

Nas suas intervenções os diferentes partidos foram quase unânimes nos elogios ao papel e ao trabalho das IPSS, bem como na sua

As IPSS têm uma "relevância indiscutível e são precisas garantias para a sustentabilidade das instituições", disse Maria Mercês Borges, do PSD, no que foi acompanhada pela socialista Carla Tavares (PS), que acrescentou, a propósito dos maus exemplos que têm vindo a público: "Não podemos tomar o todo

Por seu turno, Felipe Anacoreta Correia, do CDS-PP, lembrou que "há aqueles que acham que o Terceiro Setor concorre com o Estado e não perdem uma oportunidade para atacar o setor" sempre que um caso mau vem a público, constatando que "os desvios fazem parte da natureza humana".

Já Diana Ferreira, do PCP, criticou "a desresponsabilização do Estado, a que se tem assistido, no cumprimento das suas obrigações

Para além das questões levantadas em torno da fiscalização e da "falta de critérios objetivos" na admissão de utentes, levantadas por José Soeiro, do BE, todos os demais deputados quiseram ouvir a opinião da CNIS sobre essas matérias, mas também sobre o PROCOOP, as Cantinas Sociais ou o impacto



do aumento do salário mínimo, entre outras.

Sobre o novo modelo concursal de atribuição de Acordos de Cooperação, o padre Lino Maia considerou que o PROCOOP pretende "aproximar os Acordos de Cooperação da capacidade das instituições, o que é bom".

Relativamente às remunerações, a CNIS reafirmou a sua concordância com o aumento do salário mínimo, até porque "é importante compensar os trabalhadores", mas o seu presidente lembrou que "a TSU podia ser diferente e quantos mais trabalhadores tiver o Setor, certamente não prejudicará a Segurança Social".

Sobre a questão das Cantinas Sociais, "o novo modelo é uma aposta boa", afirmou o padre Lino Maia, lembrando que "a CNIS não participou nas questões relativas à implementação desta medida (Cantina Social), nomeadamente quanto à sua distribuição a nível do



território" e que, em 2013, empreendeu uma avaliação com as IPSS associadas que assumiam cantinas sociais, donde "ressaltou a importância da medida para os indivíduos e famílias e foram apresentadas algumas sugestões centradas na organização e funcionamento da medida, na articulação com a Segurança Social e na necessidade de uma maior articulação interinstitucional".

A audição parlamentar da CNIS, no passado dia 24 de janeiro, na 10^a Comissão, por onde já passaram as uniões das Misericórdias e das Mutualidades, surge no âmbito do pedido bloquista de audição da secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, sobre «Ação Social e regras dos Acordos de Cooperação com as IPSS para garantir o acesso dos cidadãos mais carenciados às respostas sociais financiadas pelo Estado».

Reflexão sobre o momento presente

Por falta de tempo, até porque a audição da CNIS pela 10^a Comissão decorreu em ritmo, mais ou menos, de contrarrelógio, o presidente da CNIS acabou por não transmitir aos deputados uma reflexão que considera ser essencial

"Muito do que se tem ouvido e lido a propósito das IPSS, assenta num profundo desconhecimento da realidade.

Seria muito útil que a discussão sobre estes temas fosse realizada com base no conhecimento da realidade nacional, sem o ruído das leituras mediáticas e desejavelmente assente nas reais necessidades das populações sem qualquer tipo de preconceito.

É motivo de orgulho nacional a ousadia e singularidade da nossa Constituição que considera a par do público e do privado, o Setor Social e

É consensual a ideia do importante papel que as IPSS têm tido no desenvolvimento das pessoas, das comunidades e do País no seu todo, contribuindo decisivamente para ultrapassar indicadores que nos colocavam quase sempre no fim das tabelas comparativas do desenvolvimen-

São instituições conhecidas e reconhecidas pelas populações locais, porque delas emanam, pelo poder autárquico porque em parceria ultrapassam assimetrias, criadoras de postos de trabalho estáveis ainda que com salários aquém do que seria justo, mas assentes num forte

compromisso na contratação coletiva e consumidoras nas pequenas economias locais, contributos decisivos para uma menor desertificação de territórios de baixa densidade e exclusão social.

Assim sendo, importa perceber o percurso realizado e como tudo isto funciona...

Existirá a noção de que o atual modelo de cooperação resulta de um percurso conjunto do Estado com o setor e que a evolução desse percurso foi realizada de modo a ultrapassar, em cada momento, necessidades das populações?

O pré-escolar, o insucesso escolar, a deficiência, o envelhecimento da população, os sem--abrigo, as dependências...

Este percurso resulta de duas realidades incontornáveis: a total impossibilidade financeira do Estado em assumir por inteiro as reais necessidades das populações e o aproveitamento de uma riqueza nacional que é a iniciativa dessas mesmas populações, capazes de livremente assumir a resolução dos seus problemas no contexto de um Estado Social participado.

Existirá a noção de que os desafios em conjunto assumidos sempre tiveram como base financiamentos diferenciados, Estado, comparticipações familiares e outras fontes, como projetos e donativos, e será suficientemente claro que o princípio de solidariedade entre cidadãos foi assumido desde sempre e que está claramente regulamentado, ou seja, os menos carenciados asseguram através de uma major comparticipação a frequência dos mais carenciados?

Existirá a noção de que as transferências do Estado cobrem menos de 50% dos custos das repostas sociais e que uma parte significativa dessas transferências retornam ao Estado por via de impostos e TSU?

Existirá a noção de que as instituições obedecem a uma matriz estatutária definida pelo Estado, que estão obrigadas a registo, que comunicam a constituição dos seus órgãos sociais e que, no caso de desenvolverem atividade no âmbito da cooperação, estão obrigadas a publicar as suas contas em plataforma do Estado?

Existirá a noção da complexidade de documentação legal que regula cada resposta social em que tudo está definido, o edificado, a volumetria dos espaços, os recursos humanos, contratos de prestação de serviços aos beneficiários, os regulamentos de admissão e de funcionamento, livro de reclamações, a comparticipação do Estado e as comparticipações familiares, entre

Existirá a noção de que técnicos da Segurança Social acompanham as instituições e que, para além deste acompanhamento, de forma aleatória ou por denúncia entram em campo equipas de fiscalização e ou de inspeção?

Existirá a noção dos licenciamentos e cumprimento de normas necessários à atividade destas instituições, os autárquicos, os de segurança, os de higiene, cujo acompanhamento está a cargo das autarquias, da ASAE, da Proteção Civil, dos respetivos centros de saúde?".



FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR, POMBAL

Aproveitar as novas tecnologias para melhor apoiar os idosos

Fica em Abiul, localidade do concelho de Pombal e que alberga a mais antiga praça de touros portuguesa, e foi criada, em 1992, por vontade de José Lourenço Júnior e por abnegado empenho de Alberto Vaz Serra e Esmeraldo Cunha, presidente e administrador secretário, respetivamente.

A Fundação Otília Pessoa Murta Lourenço e marido Dr. José Lourenço Júnior, com a qual o benemérito também quis criar para homenagear a esposa, tem preocupações, essencialmente, com os idosos e é nessa área que desenvolve a sua atividade. No entanto, a sua intervenção na comunidade têm-na feito tocar outras faixas etárias, em especial os mais novos.

"Sem descendência, José Lourenço Júnior entendeu que queria deixar em Abiul o seu legado e, sendo a principal missão da Fundação o acolhimento à terceira idade, quis também que o lar tivesse o nome da esposa, daí Lar Otília Lourenço", explica Isabel Vaz Serra, vogal do Conselho de Administração.

"A missão da Fundação é o apoio à terceira idade, seja com esta estrutura que já tem 17 anos, seja pelo apoio à comunidade naquilo que são uma série de atividades e de componentes que possam melhorar a comunidade em geral", nota a dirigente, acrescentando: "O apoio à população é feito através do Lar Otília Lourenço, com as três valências: Estrutura Residencial, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia".

Atualmente, a Fundação alberga 37 utentes em ERPI, acolhe 10 idosos em Centro de Dia e apoia 27 pessoas através do SAD.

Por vontade do fundador, o apoio é essencialmente feito às "pessoas da freguesia de Abiul", mas para além dessas, a instituição trabalha com pessoas de freguesias vizinhas.

Apesar de grande parte da sua vida ter sido feita fora da terra Natal, José Lourenço Júnior escolheu Abiul para deixar o seu legado e apoiar a população que o viu nascer e crescer.

Nascido em 1902, o benemérito, segundo resenha escrita pelo próprio, "queria ser médico ou advogado, mas o pai não tinha meios financeiros para lhe dar o curso. Foi falar com o avô, o Sr. Morgado da Fonte Fria (Freixianda) que lhe disse que só o ajudaria se ele quisesse ser padre, porque os médicos «matam as pessoas e os advogados são ladrões!». Resignado, desistiu".

Iniciou, então, uma primeira carreira, começando por trabalhar em uma farmácia em Abiul.

Mais tarde, com o sonho de ser advogado concretizado, José Lourenço Júnior desenvolve uma carreira de sucesso entre o Brasil e Lisboa e, já com 90 anos de idade, faz nascer a Fundação que perpetua o seu nome e o da esposa. Falecido cinco anos mais tarde, não veria



a sua obra edificada.

"Ele chegou a um determinado momento da sua vida em que, não tendo nenhum descendência direta, quis deixar uma marca, um legado importante para a população, para que esta se recordasse dele. Apesar de ter estado muitos anos fora no Brasil e ter desenvolvido a sua carreira profissional em Lisboa, acabou por não se esquecer da terra que o viu nascer e o apoiou", conta Isabel Vaz Serra.

"Inicialmente era apenas o lar, que surgiu no ano 2000 com a construção do edificio, depois em maio de 2001 arrancou o SAD e passado pouco tempo abriu o Centro de Dia", recorda Luísa Conceição, diretora-técnica e na instituição desde o seu arranque.

Tal como em muitas instituições a frequência da resposta de Centro de Dia é muito pequena face à capacidade da mesma. No caso da Fundação de Abiul, a capacidade é para 21 pessoas, tem 10 utentes e apenas cinco vagas com Acordo de Cooperação.

"Há fases em que há mais procura, outras nem por isso. Acho que tem mesmo que ver com a necessidade das pessoas. Pessoalmente, penso que é uma resposta muito interessante, tanto para dar vida aqui à estrutura do lar, como as pessoas acabam por conviver com outras da mesma idade e vão ficar na caminha delas, que é o que sempre querem", relata a diretora-técnica, acrescentando: "Por vezes, o SAD já não é tão bom, porque há lugares muito dispersos e as pessoas ficam muito tempo sozinhas. Aí, o Centro de Dia seria uma melhor resposta. Mas vir para o Centro de Dia é como vir para o lar e combater aquela imagem do lar que as pessoas têm é uma batalha... Há ainda um grande estigma com o lar!".

Porém, após experimentarem... "Quando começam a vir ao Centro de Dia dizem que já deviam ter vindo há mais tempo. Não há ninguém que tenha vindo e que diga outra coisa", conta, alertando: "A maioria das pessoas que apoiamos no domicílio está só. Há algumas pessoas que têm apoio familiar, mas a maioria os familiares são emigrantes".

Para Isabel Vaz Serra nota-se um aumento de procura do SAD, "o que reflete a necessidade



que as pessoas têm vindo a sentir e a aceitação de ajuda para quem está em casa", o que também se deve "ao bom trabalho que a Fundação tem feito", por isso, constata com satisfação: "Somos recomendados na comunidade. E muitas vezes os utentes de SAD são convidados para algumas atividades na instituição. Procuramos que haja um maior envolvimento apesar de serem utentes de SAD".

Ao contrário do que muita gente pensa, as Fundações não são todas endinheiradas.

"Fazemos também parte do Centro Português de Fundações, que engloba vários tipos de fundações. A ideia geral é que há um estigma associado à palavra fundação. O que é um profundo erro, porque, no nosso caso, somos uma IPSS, logo temos que nos reger, tal como as outras IPSS, pelas regras da Segurança Social e somos uma instituição que tem apenas este estatuto porque o seu fundador assim quis. Há muito esse estigma, porque as pessoas põem tudo no mesmo saco, mas há fundações muito diferentes e de dimensões muito diferentes", aclara Isabel Vaz Serra, referindo a propósito das finanças da instituição: "Primeiro, quero dizer que a Fundação não recebe qualquer apoio do Estado e que os Acordos de Cooperação são um apoio do Estado aos utentes, não são para benefício da instituição. A Fundação só consegue sobreviver se tiver receitas para cobrir as despesas. Agora, como conseguimos estar aqui e continuar a prestar um bom serviço? Com uma rigorosa gestão por parte da equipa no controlo de custos, seja nos fornecedores, sem nunca descurar a qualidade, e com uma gestão cuidadosa dos encargos gerais desta máquina. Temos vindo a apostar na eficiência energética, com uma série de medidas que trazem conforto, mas que ajudam na redução dos custos. Têm sido investimentos que têm sido feitos para conseguirmos um melhor controlo da despesa. Os recursos humanos são o maior consumo, tal como em qualquer instituição, pelo que isto é feito com uma gestão muito cuidadosa".

A este propósito, Luísa Conceição sublinha que "ao fim de 17 anos foi oferecida, pela primeira vez, uma carrinha à Fundação, no caso pela Câmara Municipal", e deixa uma crítica: "A Segurança Social também deveria ter em conta o que funciona bem. Deveria premiar que faz bem as coisas, até para motivar as pessoas e as instituições".

Recentemente, a Fundação Dr. José Lourenço Júnior aderiu ao Ageing Coimbra.

"O Ageing Coimbra é um consórcio liderado pela Universidade de Coimbra e torna-se relevante para nós por ser uma rede entre instituições, conhecimento e mundo real. Esta rede de conhecimento permitir-nos-á estar integrados com outros parceiros para que possamos vir a acolher algumas iniciativas, especialmente a nível tecnológico, que depois possamos incorporar no nosso funcionamento", começa por referir a dirigente, acrescentando: "Integrar este projeto tem que ver com a perspetiva de trabalhar para o futuro. Por um lado, entendemos que os nossos utentes estão a mudar e vão continuar a mudar, ou seja, os utentes de amanhã vão ter características diferentes dos de ontem e dos de hoje. E queremos preparar-nos para no futuro estarmos aptos a trabalhar com essas pessoas. Nesse sentido, temos procurado estar a par e envolver-nos em iniciativas que tragam





as novas tecnologias para a oferta de serviços e queremos preparar-nos para isso".

Nesse sentido, a Fundação estabeleceu uma parceria com uma start up tecnológica de Braga que permite aos utentes realizar alguns jogos e puzzles e outras interações através de uma aplicação informática muito simplificada e cuja adesão tem sido crescente.

"Naquilo que pudermos estar presentes nestas novas iniciativas entendemos que é o caminho, inclusivamente para diversificarmos a nossa oferta de serviços, nomeadamente a nível do SAD, porque temos uma grande dispersão de utentes pelo território. A nossa entrada neste consórcio é muito positiva por aquilo que se perspetiva", sublinha Isabel Vaz Serra, que sobre outros projetos diz haver o desejo de humanizar as instalações.

"Um dos projetos que queremos implementar, a ver se conseguimos ainda este ano, tem que ver com uma necessidade de humanização das nossas instalações. Queremos ter alguns espaços o mais acolhedores possível para aqueles utentes mais debilitados física ou mentalmente. E gostaríamos de intervir ao nível do espaço exterior que tem um jardim muito interessante, mas precisamos de um qualquer apoio para o fazer e torná-lo mais atrativo e terapêutico para os nossos utentes", revela a dirigente, que recorda o primeiro lugar no Prémio Maria José Nogueira Pinto 2016, "com um projeto virado para a comunidade, que é o Centro de Inclusão Digital".

Sobre a importância da Fundação na comunidade de Abiul, Luísa Conceição não tem





dúvidas: "A Fundação tem um papel muito importante em Abiul. Há muita gente formada devido às bolsas de estudo da Fundação e houve ainda a parte da aprendizagem de música, que também foi muito importante. Antes das AEC, a Fundação proporcionava aulas de Inglês às crianças da Escola Primária. Havia o rancho folclórico... Agora há muita resposta para estas necessidades, mas quando a Fundação surgiu nada havia. Isto para além de tudo o que tem feito pelos mais idosos".

S

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Número de beneficiários aumentou

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) aumentou 4.140 pessoas em dezembro, face ao mês anterior, atingindo os 220.458 beneficiários, o valor mais alto de 2017, segundo dados do Instituto da Segurança Social.

Em comparação com o mês de novembro, houve um aumento de 1,9% (mais 4.140 pessoas) e, relativamente a dezembro de 2016, o crescimento de 5.324 beneficiários a receber RSI representou mais 2,5%.

Por grupos etários, manteve-se uma distribuição de beneficiários idêntica à do mês anterior: 32,2% tinham menos de 18 anos, 14,7% entre 18 e 29 anos, 11,4% entre 30 e 39 anos, 15,2% entre 40 e 49 anos e 26,4% com 50 ou mais anos, refere a síntese estatística do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os dados do Instituto da Segurança Social (ISS), publicados no seu site, mostram que a maioria destes apoios (65.042 pessoas) vai para a área abrangida pelo centro distrital do Porto, a que se segue o centro distrital de Lisboa (38.610) e Setúbal (19.488).

O número de famílias com direito a RSI



também atingiu o valor mais alto do ano em dezembro, com esta prestação a ser atribuída a 99.870 famílias, mais 1.437 face a novembro.

Comparando com o mês homólogo de 2016 houve mais 4.475 famílias a receber este apoio em dezembro do ano passado.

De acordo com os dados, o maior número de

famílias com direito ao Rendimento Social de Inserção (30.631) reside no distrito do Porto, seguido do distrito de Lisboa (17.423) e dos Açores (6.497).

O valor médio recebido por cada beneficiário em dezembro fixou-se nos 112 euros e por família em 195,85 euros.







CARNAVAL

Terça-feira é feriado nas IPSS

No âmbito das relações laborais entre as IPSS e os seus trabalhadores, a terça-feira de Carnaval constitui feriado, podendo, no entanto, ser observado outro dia, em substituição daquele, mediante acordo entre a instituição e o trabalhador (artigo 235.°, 2, do Código de Trabalho).

A questão relativa à prestação de trabalho normal em dia feriado tem a sua resposta no artigo 269.°, 2, do Código do Trabalho: "O trabalhador que presta trabalho normal em dia feriado em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia tem direito a descanso compensatório com duração de metade do número de horas prestadas ou a acréscimo de 50% da retribuição correspondente, cabendo a escolha ao empregador".

A modalidade compensatória – descanso ou retribuição – é dada em alternativa, cabendo à instituição defini-la.

Se a folga coincide com dia feriado, não há trabalho em dia feriado – nem normal, nem suplementar. Assim, não há direito a qualquer compensação.



PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Cabazes alimentares têm manual de orientações

A Segurança Social já identificou mais de 55.000 pessoas carenciadas que irão receber mensalmente um cabaz alimentar, ao abrigo do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC).

No início do ano estavam identificados cerca de 55.800 beneficiários, um número que, por certo, irá ainda aumentar.

Entretanto, foi disponibilizado o Manual de Orientações para a utilização do cabaz de alimentos distribuído, que contém regras destinadas à utilização adequada.

O apoio alimentar desenhado pelo PO APMC – por via do Fundo de Auxilio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas – visa satisfazer 50% das necessidades nutricionais diárias das pessoas mais necessitadas, por via dos alimentos distribuídos e pretende substituir as Cantinas Sociais, que no entanto ainda se manterão mas em menor número.

O Manual desenvolvido tem como finalidade capacitar as famílias na gestão dos alimentos que recebem e adquirem diariamente, minorando o risco de segurança alimentar, nomeadamente o risco microbiológico.

O Manual de orientações está disponível para consulta e download no portal Portugal 2020 (http://poapmc.portugal2020.pt/guias).

Este será um instrumento valioso para as instituições divulgarem junto dos beneficiários dos cabazes alimentares distribuídos pelo PO APMC.

Recorde-se que, segundo dados oficiais, há um conjunto de candidaturas já feitas e que "envolvem 135 parcerias territoriais, com mais de 600 entidades envolvidas neste processo, que cobrem quase a totalidade do País".

SEGURANÇA SOCIAL

IAS sobe e é fixado em 428,90 euros

O Governo publicou em Diário da República uma Portaria que atualiza o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) de 2018 para os 428,90 euros, mais 7,58 euros do que no ano passado.

O valor do IAS, que serve de referência em prestações sociais como o abono de família, escalões contributivos para a Segurança Social, valores máximos do subsídio de desemprego, entre outros, em 2017 era de 421,32 euros, o que corresponde a uma atualização de 7,58 euros.

Segundo o diploma conjunto dos ministérios das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social agora publicado, a atualização do IAS tem em conta a forma de cálculo atualmente em vigor e que considera o valor médio de crescimento real do PIB nos últimos dois anos, apurado a partir das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o 3.º trimestre de 2017, que foi de 2,01%.

A atualização do IAS para o ano de 2018

corresponde ao valor da variação média do índice geral de preços no consumidor (IPC), sem habitação, nos últimos 12 meses, disponível em dezembro de 2017, que foi de 1,33%, acrescido de 20% da taxa de crescimento real do PIB, com o limite mínimo de 0,5% acima do valor do IPC, sem habitação, arredondada até à primeira casa decimal, ou seja, uma taxa de atualização de 1.8%.

A portaria produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.



MANUEL CARVALHO DA SILVA, INVESTIGADOR, EX-LIDER DA CGTP

Uma grande parte da inovação social é falácia e muito do empreendedorismo social é fraude

Durante 25 anos e sete meses Carvalho da Silva esteve na coordenação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN). Abandonou em janeiro de 2012 o cargo de Secretário Geral para se dedicar a uma vida de professor universitário. Licenciouse em Sociologia no ISCTE, doutorou-se em 2007, também no Instituto Universitário de Lisboa, foi Professor Catedrático convidado da Universidade Lusófona, entre 2011-2016.

É investigador do CES desde 2009. Coordena a delegação do CES em Lisboa e o Observatório sobre Crises e Alternativas, criado por este centro em abril de 2012.

Apesar de ter abandonado a vida política nunca abdicou de uma intervenção social e sócio-política na sociedade portuguesa, sobretudo nas áreas relacionadas com o sindicalismo, o trabalho, o emprego, as políticas sociais, a economia, o desenvolvimento.

Aos 69 anos de idade, o seu mais recente projeto, razão direta para esta entrevista, é o CoLABOR, Laboratório Colaborativo que pretende estudar a fundo o setor social.

Jornal Solidariedade - Tem vindo a fazer uma aproximação ao Terceiro Setor e, mais concretamente, ao Setor Social Solidário...

Carvalho da Silva - É uma aproximação em continuidade e em crescendo. Uma das vertentes que sustenta essa aproximação é o da observação das questões do trabalho, do emprego e do contexto societal em que o trabalho e o emprego se vão desenvolvendo. Isso mostra conexões com campos cada vez mais diversificados. A outra vertente é a observação de que a sociedade está desafiada a reinventar formas de organização social e económica, a recuperar velhas formas, reformulando-as, e também a encontrar novas formas que não se situem na lógica do lucro imediato e a todo o custo. Num encontro com dois dos ministros que estão nestas áreas disse-lhes que, para mim, talvez um dos desafios mais interessantes seria conseguir durante a próxima legislatura fazer-se uma discussão profunda sobre a revitalização do chamado Terceiro Setor. Onde está a Economia Social e Solidária, que tem um espaço muito específico, o movimento cooperativo, e outros... Estou convencido que se houvesse essa discussão estruturada podia dar-se um impulso muito significativo a uma definição estratégica sobre o desenvolvimento do país. É possível que no espaço em que a CNIS se estrutura e atua haja uma reflexão profunda sobre as capacidades e as limitações que o setor tem. O tempo está a exigir isso. Quando se leem textos do Papa Francisco e de pensadores nestas áreas, percebe-se que é uma emergência: Temos esse desafio da invenção das novas formas de organização social e económica. É uma premência até para responder à financeirização da economia e a mercadorização do trabalho.

Dois conceitos que gosta de utilizar...

A financeirização da economia e a mercadorização do trabalho estão identificadas por pensadores de várias áreas e são evidências... O período de crise que o país viveu foi espaço temporal de uma afirmação muito forte da mercadorização do trabalho. Um tempo em que todas as condições no trabalho têm que se submeter à determinante económica, que é influenciada em absoluto pela lógica financeira. É uma realidade. O trabalho foi utilizado como variável de ajustamento...

Tem em mãos um projeto que vai nesse sentido, o CoLABOR. De que se trata?

Fiz parte do grupo original em que estas preocupações surgiram e, desde a primeira hora, apareceu a ideia de contactarmos a CNIS para lhe lançar este desafio. Portugal precisa de uma análise, um mapeamento dos problemas. Como disse em Fátima, é preciso um mapeamento dos desafios societais emergentes e uma avaliação do atual modelo de provisão e financiamento dos cuidados sociais. Não é só isto. Mas o mapeamento é fundamental. Quais os desafios do setor, do ponto de vista do contexto, no atual patamar de desenvolvimento da sociedade portuguesa, as capacitações de gestão, formas de organização do sector e de cada uma das instituições, e a capacitação das pessoas. As IPSS prestam serviços sociais fundamentais. De uma grande sensibilidade. Um dos grandes objetivos, para termos melhor prestação de serviços, é termos pessoas formadas e capacitadas para serem bons prestadores de serviço. Não se trata apenas de injetar dinheiro. Com a mesma disponibilidade financeira a capacitação dos recursos humanos e a recompensa fazem a diferença. Este projeto servirá para isso. É um Laboratório Colaborativo. Vamos ver se ele é aprovado, esperamos que sim. Temos tido um diálogo contínuo, desde logo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o ministro, a Fundação de Ciência e Tecnologia, com a Comissão de Avaliação Internacional, enfim, tudo para que seja construído com coerência.

De que áreas se ocupará?

Há três áreas. A do Trabalho, com as mudanças tecnológicas e organizacionais, a financeirização da economia, mercantilização do trabalho e os novos desafios. A área da Proteção Social e a questão mais específica da Segurança Social. As respostas do que são as funções das IPSS, a cooperação com a Segurança Social são alguns dos nós górdios importantes... Queremos criar um espaço de estudo, de produção de dados estatísticos, de tratamento dos dados disponíveis, um centro de abordagem destes problemas que possa disponibilizar às instituições que estão no projeto, mas também à sociedade, em alguns casos com serviços pagos, uma série de indicadores que sejam úteis. Nós, em Portugal temos muito insuficiente disponibilização de dados estatísticos. Existem, mas não estão disponíveis e sem tratamento articulado.

No âmbito do CoLABOR temos que produzir novos indicadores que, para os atores do setor, sejam universais, estejam disponíveis e que correspondam à fotografia a nível de região, distrito, concelho, que possa referenciar a diferenciação das respostas sociais. O CoLABOR reúne três centros de investigação, a Santa Casa da Misericórdia, a Administração Pública, a CNIS, a Sonae, que é o maior empregador, e outros grandes grupos económicos. Estão todos com a confiança de que pode ser uma coisa útil.

Está também a pensar em inovação social?

Uma grande parte da inovação social é falácia. Há novas dinâmicas interessantes, mas há muito "gato por lebre". Há muito empreendedorismo social que é uma fraude. Fraude completa. O setor está debaixo desta pressão. Por um lado do objetivo do lucro, a financeirização. À escala mundial quando vemos quem está por trás destas iniciativas de empreendedorismo social encontramos as grandes empresas. Outra tensão é com o Estado, que tem que financiar o setor, é uma evidência. Como o dinheiro sai do orçamento de Estado uns dizem que o valor é elevado outros dizem que vai ter que aumentar. E por outro lado as instituições, que estão desafiadas a encontrar soluções novas.

O Terceiro Setor em Portugal tem uma realidade muito específica?

Muito distinta. Ainda agora em Fátima, no dia da CNIS, alertei isso. Uma das observações que faço é a de que se olhe para a realidade portuguesa com as características distintas que ela tem. Portugal tem uma especificidade que é preciso respeitar. Quando eu falo da importância estratégica do Terceiro Setor, e que uma das maiores mudanças poderia ser a discussão de uma estratégia para o país, eu vejo isso numa perspetiva qualitativa. A prestação de cuidados é uma atividade que implica trabalho, mas deve ser altamente valorizada. O aumento da esperança de vida é talvez a maior conquista da humanidade nos últimos 120 anos, mas continuamos a tratá-lo como um fardo. Não pode ser. A sociedade tem que ser preparada neste sentido. O emprego que nós necessitamos para o futuro neste sector das IPSS tem que ser mais qualificado e mais valorizado. É um desafio. A ideia de que prestação de cuidados tem que ver com a boa vontade, a

generosidade, o humanismo das pessoas não chega. Precisamos de profissionais qualificados. Este é um espaço de criação de emprego de qualidade. Não pode ser num conceito caritativo, mas numa conceção de Estado Social. O princípio é que as pessoas, todas, têm que ser tratadas com dignidade. Por isso se levanta a questão do Estado Social e Estado Solidário. A cidadania social tem que estar presente.

O Estado tem que ser cada vez menos solidário e cada vez mais social?



A solidariedade é um valor. Na crise viu-se a importância dessa característica nas IPSS. Nas situações de aflição isso é fundamental. A solidariedade e a caridade são valores, mas do ponto de vista utópico, o grande objetivo das IPSS devia ser o de as pessoas não precisarem desses valores. A dimensão do social, incorporado num conceito desenvolvido de cidadania, devia garantir que muitas IPSS não teriam que prestar os serviços de solidariedade que prestam, e ainda bem. Era sinal de que a sociedade teria avançado. Mas nós vivemos numa realidade concreta. E temos que trabalhar com essa realidade.

Este é um setor económico com raízes ideológicas?

Há visões ideológicas que continuarão a existir. As IPSS tem uma longa história. Têm um percurso. Algumas são herdeiras de movimentos seculares. Depois do 25 de abril houve um impulso de organizações da sociedade civil com franjas ideológicas diferentes, muito mais plurais, de movimentações de moradores, como respostas concretas a problemas concretos. Foi uma riqueza enorme. Depois tivemos o período de adesão à UE que diversificou fontes de financiamento, e fez surgir novas instituições, matizadas do ponto de vista ideológico. Foi o segundo grande período da vida das IPSS. Agora vivemos o terceiro grande momento da história das IPSS no Portugal democrático. Temos a financeirização e empresarialização de tudo a fazer pressão enorme sobre o espaço onde se move a Economia Social e a tentar fazer da pobreza, da prestação de cuidados e de uma série de outras coisas, um espaço de negócio. São propostas económicas do neoliberalismo que estão carregadas da demonstração de que há sempre uma receita neoliberal para qualquer problema. Há sempre soluções financeiras, nem que seja à custa de dinheiros públicos que são para aí canalizados.

Os partidos têm perspetivas diferentes do Setor Social Solidário. Até nos que apoiam o atual governo. O Bloco de Esquerda parece defender a estatização...

O BE é um partido relativamente novo e não tem uma ligação profunda àquilo que eram os tradicionais espaços de movimentação social. É normal que o Bloco, nestas polémicas, sobre como é que pode ser o futuro, surja com posicionamentos inerentes àquilo que é a sua característica de não ter um percurso feito nesta área. Bem diferente do PCP que esteve na origem, ainda antes do 25 de abril, de muitas das dinâmicas do mundo do trabalho que deram origem ao movimento sindical e a muitas formas de organização social, como as casas do povo e a luta operária. Fez conexões, culturas, instituições. O Bloco não tem isso. O Bloco tem maturidade, visão e propostas sobre o futuro da sociedade que podem ajudar a carregar questões interessantes para o debate, mas não tem conhecimento histórico deste sector. As IPSS podem ser colocadas de lado ou instabilizadas nesta fase? Seria um erro tremendo. Há algumas tensões mais imediatas e mediáticas que estão aí, eu digo: faça-se uma gestão com juízo e não se instabilize a vida de uma resposta que é da sociedade e é muito importante. Isso traz para o debate a questão da fiscalização dos meios.



Trouxe e é conveniente...

Há fiscalização. Ela pode é não estar adequada. As IPSS queixam-se de que até há excesso. Induz cargas burocráticas que limitam a capacidade de resposta. É preciso corrigir. Há também incapacidades de fiscalização evidentes, em situações de margem, que têm peso, que influenciam a imagem que a sociedade tem do setor. As IPSS devem ir a esse debate sendo ofensivas. Tomando a dianteira apresentando e exigindo respostas. Há um financiamento do Estado, que tem que continuar a existir, que precisa de ser afinado e deve ser fiscalizado. O Estado está presente, a iniciativa privada existe. É preciso definir bem qual é o espaço público, o da economia social, que é central, os espaços dos privados e, acima de tudo, identificar as fontes onde se vão buscar os meios. É preciso clarificar. A política de cooperação e a relação da Economia Social com o setor privado.

A realidade sócio-económica onde atuam as IPSS é única?

AS IPSS têm que manter os seus valores e a sua identidade. Isso é fundamental. Isso é o que é distinto. O quadro de valores que foi construído nas IPSS. Neste terceiro momento da sua história têm que olhar para os valores e a identidade.

Há quem defenda que é preciso rejuvenescer as direções e reverter o voluntariado.

Acho que qualquer ideia de substituir nos próximos anos o voluntariado todo por formas mais estruturadas, mais profissionais, é um erro. Há que articular outras questões. As pessoas não estão fechadas a mudanças de mentalidade. A sociedade portuguesa e as IPSS têm um problema que é o envelhecimento da sociedade. O voluntariado vai mudando consoante as gerações. Temos que identificar bem as capacitações, mudando perspetivas que estiverem erradas, fazendo uma evolução, reforço de especialização, não abdicando da especificidade do sector. Evoluções

qualitativas grandes nas IPSS, mas também na Segurança Social e na articulação entre ambos. A política de cooperação tem que evoluir. No entanto, a autonomia das IPSS não pode ser posta em causa. As IPSS não são prolongamento de serviços públicos. Deve ser evidenciada de tal forma que provoque nas instituições uma autoresponsabilização e uma responsabilização perante a sociedade. A clarificação da autonomia que é, repito, imprescindível, deve colocar em evidência esta dupla responsabilização. O Estado financia, e tem que financiar, mas temos que trazer o Estado para uma presença mais dinâmica para uma ação mais formativa, indutora de capacitação e não se ficar apenas por funções de fiscalização que em alguns aspetos estão desatualizadas. As IPSS só cumprem os objetivos se tiverem uma intervenção de sentido transformador na sociedade.

Ainda olham para si como o sindicalista?

É natural. Foram 25 anos e sete meses na coordenação da CGTP. Talvez tenha sido tempo de mais. Quando as pessoas se confundem com as instituições é porque lá estão há demasiado tempo. Não me admira que uma parte dos portugueses ainda me identifique como tal. Sempre fui bem tratado. No espaço da universidade e dos intelectuais, às vezes, recorrem a essa marca de sindicalista com a ideia de me tentarem engavetar. A generalidade das pessoas não me trata por doutor. Isto é um país onde qualquer licenciado é tratado assim. Comigo acontece o contrário. Em geral tratam-me pelo nome. E isso é agradável.

Tem nostalgia da intervenção política?

Nenhuma. Quem me conhece percebe aquilo que vou dizer... Tenho uma perspetiva da vida que é viver mesmo. Vida vivida. Em certos momentos, depois de ter deixado a CGTP, ficava intrigado: como é que eu já nem penso nisso. Mas, serei sindicalista até morrer no que respeita às grandes questões. De resto, vou vivendo...

PADRE JOSÉ MAIA jose.maia@cic.pt

Idosos sós, pobres, doentes

Aproveitando a "boa onda" que dá mostras de querer eleger como prioridade de ação política as problemáticas que afetam o "designado interior" (sabendo-se que há interior geográfico, interior urbano, interiores existenciais), permito-me aproveitar esta pequena coluna do SOLIDARIEDADE para dar um modesto contributo em favor desta CAUSA.

Há muitos anos que as situações de pessoas idosas em situação de solidão e pobreza têm merecido das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm merecido uma atenção preocupada que, ao longo das últimas décadas, se configurou na negociação de respostas sociais adequadas à diversidade de situações que se verificam nas várias comunidades humanas, tanto no interior como em meio urbano.

Se não tivesse existido esta sensibilidade, tanto por parte dos dirigentes das IPSS como dos vários governantes com a responsabilidade das políticas sociais, não teríamos hoje espalhada por todo o país a **rede de equipamentos sociais** a que as populações se habituaram a recorrer para beneficiarem dos seus serviços tanto de creches, jardins de infância, ATL, como de centros de convívio, centros de dia, apoio domiciliário, centros de noite!

É claro que uma grande quantidade de pessoas idosas com saúde, família e capacidade financeira, têm a sua vida organizada e não desejarão nem precisarão do apoio da rede de equipamentos sociais. A gente sabe disso!

Porém... não precisamos de muitos estudos nem grandes investigações para saber que, cada vez mais serão cada vez menos as pessoas que, se precisarem e/ou desejarem passar os seus anos de reforma usufruindo das atuais respostas sociais da rede de equipamentos existentes (particulares/privados e/ou estatais), terão de aguardar numa infindável lista de espera, sem qualquer esperança de poderem beneficiar deste elementar direito de cidadania, prometido no ponto 3 do artigo 63º da Constituição: "...o sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho".

Mais: na mesma Constituição da República: alínea b) do ponto 2 do artigo 67 está também escrito: "...incumbe ao Estado para proteção da família promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de...equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade".

E ainda: " as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou marginalização social" (ponto 1 do artigo 72° da Constituição).

Então como é que é?



Não será legítimo esperar, da parte de quem nos governa, (Parlamento, Governo, Regiões Autónomas e Autarquias) a construção de uma "nova geração de centros comunitários" que passem a integrar a REDE SOCIAL, ao nível das Freguesias e/ou União de Freguesias, com financiamento público garantido pelo orçamento de Estado e/ou pelas verbas comunitárias que da Europa nos chegam? Agora que se preparar um novo quadro de financiamento europeu 2020-2030, espera-se que o Governo e as forças políticas que o apoiam na Assembleia da República se lembrem de que têm o dever político e ético de pensar na "diversidade das várias interioriades/periferias: as geográficas e as existenciais" de tantos portugueses que construíram este país com o seu trabalho e, uma vez aposentados, têm o direito de se verem ajudados no acesso a condições de vida pessoal, familiar e comunitária condizentes com a sua dignidade e cidadania!



ajsilva@sapo.pt

Tréguas Olímpicas?

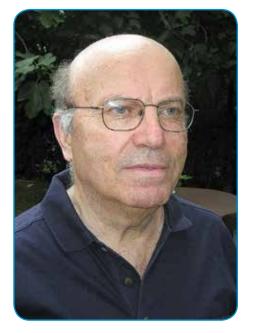
De repente, o mundo parece ter respirado de alívio. É que a ameaça de um conflito militar na península da Coreia, se não foi completamente afastada, diminuiu claramente de intensidade. Isto, graças à anunciada participação da Coreia do Norte nos próximos jogos Olímpicos de Inverno que terão lugar em Pyeong Chan, na Coreia do Sul, já neste mês de Fevereiro. Essa anunciada participação mereceu, de imediato, a compreensão do Comité Olímpico e das autoridades de Seul, bem como o aplauso generalizado da comunidade internacional.

O entusiasmo provocado por esta notícia inesperada só não terá sido maior, porque ainda está fresca a memória do fracasso das últimas "tréguas" que marcaram as relações entre as duas Coreias na década de noventa do século passado. A melhoria das relações entre os dois estados da península foi-se deteriorando, sobretudo a partir do momento em que Kim Jong Un deu um impulso verdadeiramente notável ao processo de nuclearização do país e à produção e lançamento de mísseis intercontinentais. Foi uma estratégia que contribuiu enormemente para fomentar o orgulho e a

unidade dos norte-coreanos face aos seus inimigos externos, nomeadamente os Estados Unidos.

Apesar de todas as ameaças de Donald Trump, e não obstante as graves consequências decorrentes da aplicação das sanções impostas pela comunidade internacional, Kim Jong Un não cedeu um milímetro, nem no tom nem no ritmo das provocações contra os seus vizinhos do sul da península e, sobretudo, contra os americanos, seus protectores. Agora, confirmado que está o seu estatuto de potência nuclear, o Governo de Pyongyang pode dar-se ao luxo de exibir um novo estilo de poder e de respeitabilidade que facilitará a sua integração no conjunto das nações. A sua participação nos próximos Jogos Olímpicos virá a dar um grande contributo a essa promoção.

Desde os seus primórdios na Grécia antiga, as Olimpíadas sempre estiveram ligadas ao ideal da Paz, com o estabelecimento de períodos de tréguas que, apesar do seu carácter local e temporal, ficaram para a História como símbolo e expressão de um desejo universal. O facto de os Jogos nunca terem ultrapassado completamente um carácter



simbólico não chega para desvalorizar o ideal que representam.

Com a iniciativa de enviar representantes do seu país aos próximos Jogos Olímpicos de Inverno, o presidente norte-coreano demonstrou uma habilidade política que não lhe era geralmente reconhecida, e colocou Donald Trump numa situação embaraçosa. Como é que a opinião pública irá entender as ameaças norte-americanas à Coreia do Norte numa altura em que os líderes deste país dão sinais de pretenderem aproximar-se, não só dos seus vizinhos do sul, mas de toda comunidade internacional?



HENRIQUE RODRIGUES Presidente do Centro Social de Ermesinde

"Alguns mitos maiores, alguns mitos menores..."* (*Mário Cesariny de Vasconcelos)

1 - O Governo tem referido, a propósito do sistema de cooperação com o Sector Solidário, que o montante das transferências para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para cumprimento dos acordos de cooperação, rondou os 1.400 milhões de euros, em 2017.

(Como sabemos, não se trata de transferências, em sentido rigoroso e próprio; na verdade, as comparticipações da Segurança Social não consistem verdadeiramente num financiamento público da actividade das Instituições, antes constituem uma contrapartida contratual, um preço pelos serviços contratualizados, com vista à satisfação das necessidades dos utentes.

Mas não é isso que hoje me faz pegar no tema

Vamos partir dessa verba, que o Governo refere – 1.400 milhões de euros.

Trata-se de um montante significativo – embora menos de metade do valor das transferências anuais do Estado no âmbito das parcerias público-privadas na Saúde.

O meu forte não são as contas; mas, como costuma dizer o meu vizinho do lado neste espaço de opinião do "Solidariedade", o Pe. José Maia, uma 4ª classe bem feita, no nosso tempo, é habilitação bastante para as necessidades de cálculo linear e para o dia a dia.

Foi munido dessa habilitação que entendi útil fazer um folow up das despesas na instituição a cuja Direcção presido, o Centro Social de Ermesinde – que é uma instituição-tipo, com um alargado conjunto de respostas sociais e cerca de 130 trabalhadores.

As Contas relativas a 2016 – últimas aprovadas -, aliás conferíveis, já que estão publicadas no site, foram o documento sobre que incidiu o meu exame; e é das principais conclusões a que cheguei que pretendo dar conta nesta crónica.

O volume das receitas totais da Instituição, em 2016, foi de 2.582.000,00 euros (valor arredondado).

O montante das comparticipações públicas – Segurança Social, IEFP e Projectos – foi de 1.342.000,00 (cerca de 52% da receita total)

Os gastos com pessoal atingiram os 1.696.000,00 – cerca de 66%, dois terços da despesa global.

As outras principais causas de despesa são, como é corrente, os fornecimentos e serviços

externos – 480.000,00 euros – e as matérias consumíveis – 201.000,00 euros.

Do volume de despesas com pessoal – 1.696.000,00 euros -, as remunerações ascendem a 1.294.000,00 euros, sendo o valor restante, de 402.000,00 euros, o montante da TSU paga pela Instituição à Segurança Social.

Por sua vez, os valores da retenção da TSU devida pelos trabalhadores corresponderam, nesse ano de 2016, a 142.000,00 euros, sendo a retenção sobre os salários, relativa ao IRS devido pelos trabalhadores, de 140.000,00 euros.

Significa isto, singelamente, que, só na vertente salarial, regressaram aos cofres do Estado – Segurança Social e Autoridade Tributária -, no mesmo ano de 2016, 684.000,00 euros.

Como dizia o outro: é só fazer as contas.

Só em taxas e impostos directos, regressam aos cofres do Estado 50% das verbas recebidas das entidades públicas.

50% é metade – para quem não se lembre!

2 - Mas não podemos ficar por aqui.

Vamos supor que, dos 1.294.000,00 euros de remunerações pagas aos trabalhadores, estes destinam ao consumo cerca de 50% do respectivo montante (tratando-se de remunerações em regra baixas, a propensão ao consumo será porventura superior).

São 647.000,00 euros de compras por ano.

A uma taxa média de 15% - tendo em conta que esse consumo compreenderá bens a uma taxa de 6% e outros a uma taxa de 23% -, tal significa que, do montante de salários pagos na Instituição, 97.050,00 euros regressaram aos cofres do Estado, a título de IVA.

A segunda maior despesa da Instituição foi, como já referi, com fornecimentos e serviços externos: energia, combustíveis, transportes, água, trabalhadores independentes ...: 480.000,00 euros.

À taxa normal de IVA, 23%, a Instituição fez ingressar no Estado, a este título, 110.400,00 euros

Finalmente, nos géneros alimentares, cuja despesa atingiu 201.000,00 euros, a taxa de 6% de IVA atinge 12.060,00 euros – de que são reembolsados 50% (6.030,00 euros).

Ora, somando tudo, temos o volume de reingresso nos cofres do Estado, num caso testado, numa Instituição concreta, de 897.480,00 euros.

Representa 67,6% do valor das comparticipações públicas, que foram, como referi, de 1.342.000,00 euros.

3 – Significam estas minhas contas de merceeiro que, dos 1.342.000,00 euros que a Instituição recebeu do Estado em 2016, mais de 67% regressaram ao regaço do mesmo Estado.

Dito de outro modo: os 1.342.000,00 euros de comparticipações públicas correspondem, em despesa efectiva do Estado, a apenas 444.520,00 euros.

Transpondo do exemplo singular da Instituição que me serviu de teste para os valores nacionais, a conclusão é idêntica: os 1.400 milhões de euros que o Governo afirma transferir por ano para o Sector correspondem, feitas as contas, a apenas 462 milhões de euros de despesa efectiva líquida.

Alguns mitosPeço desculpa por um registo e um tom para esta crónica tão desafeiçoados do seu cânone normal.

Mas, de vez em quando, regressam do passado arqueológico algumas vozes que pretendem, com falsas razões e tortuosos argumentos, instaurar dúvidas ou alegar objecções ao figurino que a Constituição da República Portuguesa consagrou como o nosso original modelo de protecção social, com um pilar constituído por instituições particulares de solidariedade social, fora do Estado, mas em cooperação com ele.

Defensores estrénuos da manutenção sem alterações do texto constitucional, tais vozes não desdenhariam uma ou outra inconstitucionalidade avulsa, se se traduzisse na conformidade aos seus preconceitos.

Estamos outra vez em mar revolto.

Mas, ao menos, que o debate se faça sem descarrilar da verdade e dos factos.

Para isso, é bom que a conversa comece pelo reconhecimento de que Portugal faz o milagre de manter uma rede nacional, de malha fina e capilar, até à mais pequena e longínqua célula, de equipamentos e serviços, para mais de 500.000 pessoas por dia, com cerca de 200.000 trabalhadores e mais de 4.000 Instituições, com um gasto de apenas 462 milhões de euros por ano.

Isto é, por 38,5 milhões de euros por mês.

Pedimos, na verdade, meças em eficiência e

E damos lições em humanidade.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

«500 anos a fazer o Bem» comemorados ao longo de todo o ano

A 6 de julho de 1518, com chancela de D. Manuel I, foi criada a Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Bragança. 500 anos («a fazer o bem») depois, a Misericórdia de Bragança preenche o ano de 2018 com atividades, eventos e iniciativas para condignamente celebrar meio milénio de história.

"500 anos têm que ser comemorados com dignidade", começou por dizer Eleutério Alves, provedor da Misericórdia brigantina, na apresentação do vasto e variado programa das comemorações.

"São 350 trabalhadores e mais de um milhar de utentes que todos os dias passam pela Santa Casa e queremos que todos se sintam envolvidos nas comemorações", sustentou, endereçando um convite a população de Bragança: "Existimos pela comunidade e queremos que ela participe".

O programa de comemorações estende-se por todo o ano e em cada mês estará em destaque uma das múltiplas áreas de intervenção da instituição.

"É um programa ambicioso, mas envolve todas as áreas da Santa casa", sublinhou o provedor.

Ana Paula Pires, coordenadora das comemorações, explicou "o programa toca todos os eixos de intervenção da Santa Casa" e que "cada mês do ano servirá para divulgar as boas práticas" de cada uma dessas áreas de intervenção.

Por força da data de fundação, julho é o mês forte das celebrações, com um intenso programa a realizar entre os dias 2 e 7.

Ponto alto será o dia 6 de julho, com a sessão comemorativa dos 500 anos na qual os responsáveis pela instituição esperam poder contar com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a quem já foi endereçado o convite.



Antes haverá uma sessão de apresentação do livro dos 500 anos da SCMB e ainda da reedição de «Santa Casa de Bragança», da autoria de monsenhor José de Castro.

Janeiro foi dedicado aos idosos, Fevereiro é ao acompanhamento social, março o enfoque estará na Semana Santa, abril abre os braços à infância, maio desabrocha com o desporto e junho fica no calendário pelas jornadas museológicas, subordinadas ao tema «Museologia nas Misericórdias».

O programa no segundo semestre do ano, passada a celebração da data de aniversário, prosseguirá com o mês de setembro a ser dedicado à Saúde, com a realização do I Congresso Ibérico em Cuidados Continuados Integrados, em outubro dará destaque à vertente cultural, novembro à luta contra a violência sobre as mulheres e ficará assinalado pela inauguração

do Centro de Recursos e, por fim, em dezembro acolherá a Semana da Inclusão.

Do programa fazem ainda parte palestras sobre diferentes temáticas, lançamento de livros e exposições sobre os 500 anos da Misericórdia de Bragança.

E numa altura em que festeja 500 anos de vida, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança não descansa na confortável almofada do passado e prossegue na busca das melhores respostas para os problemas do presente e os que se desenham no futuro.

Nesse sentido, porque "a Santa Casa tem que estar atenta já que existe para resolver problemas", "há vontade de intervir na área da saúde mental que está muito negligenciada em Bragança", revelou o provedor Eleutério Alves, frisando: "A saúde mental é uma área que está muito mal resolvida no distrito de Bragança".

UDIPSS SANTARÉM

I Encontro Nacional de Intervenção Social foi um sucesso

A UDIPSS Santarém realizou, no passadio dia 31 dejaneiro, o I Encontro Nacional de Intervenção Social, subordinado ao tema «Oportunidades, Desafios e Constrangimentos na Intervenção Social», que decorreu no Auditório Prof. Vaz Portugal, na Estação Zootécnica Nacional.

O encontro, que reuniu mais de 180 pessoas e contou com a participação da secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, foi "bastante positivo, com intervenções muito valiosas", sustentou Eduardo Mourinha, presidente da UDIPSS Santarém.

No primeiro painel, dedicado ao tema «Políticas Públicas e Trabalho Social: Desafios à Prática», contou com intervenções de Renato Bento, diretor do Núcleo Distrital de Santarém

da Segurança Social, Cláudia Mendes de Almeida, do Centro de Recursos Comunitários Caldas da Rainha, e Perpétua Santos Silva, da ESE-IPS, com moderação de Luísa Delgado, também da ESE-IPS.

A manhã de trabalho terminou com a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a UDIPS Santarém e a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Santarém (ESE-IPS).

Já da parte da tarde mais dois painéis subordinados aos temas: «Do Conhecimento Científico à Intervenção Social: Que Pontes?» e «Trabalho em Rede: Obstáculos e Oportunidades».

O I Encontro Nacional de Intervenção Social foi encerrado por Eduardo Mourinha, presidente da UDIPSS Santarém, e Lia Pappámikail,



docente da ESSE e que teve a seu cargo a coordenação científica do encontro.



PRÉMIO COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE ANTÓNIO SÉRGIO

Celmira Macedo distinguida como Personalidade do Ano 2017

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) entregou o Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2017, em cerimónia que decorreu, no dia 22 de janeiro, na belíssima antiga igreja do Convento de São Francisco, em Coimbra, e que distinguiu Celmira Macedo com o Prémio Especial Personalidade do Ano.

Mentora, fundadora e presidente da Associação Leque (Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais), sedeada em Alfândega da Fé, Celmira Macedo foi apresentada por Eduardo Graça, presidente da CASES, como "uma verdadeira empreendedora social", enquanto o padre Lino Maia, presidente da CNIS, se referiu a ela como "um ícone da Economia Social".

Doutorada em Educação Especial pela Universidade de Salamanca, Celmira Macedo lançou em 2015 a EKUI, metodologia de alfabetização para pessoas com deficiência, utilizando quatro formas de comunicação (gráfica, língua gestual, braille e alfabeto fonético), isto depois de ter fundado a pioneira instituição na zona sul do distrito de Bragança.

Após receber o prémio das mãos do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, Celmira Macedo, ainda a recuperar de uma recente intervenção cirúrgica, agradeceu a distinção e remeteu para a antiga forma de no Império Romano se homenagear os comandantes das legiões pelos feitos bélicos, para deixar três notas.

A premiada lembrou que ao longo do percurso pela cidade, um dos dois escravos que acompanhava o comandante glorificado repetia-lhe amiúde que também ele era mortal, apesar de todas as honras com que o acolhiam.

"Sim, também eu sou mortal. Sim, somos pequeninos, mas podemos imortalizar as nossas ações", anotou Celmira Macedo, lembrando que "na Economia Social as batalhas estão longe de estar ganhas".

Por fim, "para ser justo este reconhecimento que me prestam, vou reparti-lo com todas as pessoas que me ajudaram a estar aqui", acrescentando que é bom ser reconhecido, porque "quando se está no terreno tornamo-nos invisíveis".

"Há hoje uma realidade que marcará o futuro da Economia Social: a capacidade de incorporar toda a riqueza da inovação que nós vivemos. Celmira Macedo é um exemplo vivo dessa capacidade de inovar, de criar coisas novas", diria depois o ministro Vieira da Silva, no discurso de encerramento da cerimónia, notando que o Setor Social Solidário tem tido "uma enorme abertura à inovação".

No rol dos distinguidos pela CASES, a Associação Dignitude venceu na categoria de Inovação e Sustentabilidade, com o projeto Abem, um programa de apoio ao acesso a medicamentos.

O Abem procura dar resposta aos problemas de acesso ao medicamento motivados por condições socioeconómicas, sendo promovido pela Associação Dignitude, uma instituição sediada em Coimbra que nasceu de uma parceria entre a Cáritas Portuguesa e Plataforma Saúde em Diálogo com a Associação Nacional das Farmácias e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica.

Maria de Belém Roseira, que recebeu o prémio em representação da associação, sublinhou que, apesar do esforço do Estado com os medicamentos e de estes terem baixado de preço, continuam a representar "uma pressão e um peso", num País com rendimentos médios baixos.

Por outro lado lembrou que este consórcio é possível porque "as instituições não concorrem umas com as outras, mas cooperam".

Ainda na mesma categoria, a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, de Vila Nova de Famalicão, e a Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, de Faro, receberam menções honrosas.

Sérgio Manuel Pratas foi premiado na categoria Estudos e Investigação, por um trabalho sobre o associativismo popular, enquanto o ISSSP – Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, do Porto, foi distinguida em Formação Pós-Graduada.

Já na categoria Trabalhos de Âmbito Escolar venceram, «ex aequo», a Escola Frei Caetano Brandão, de Braga, e o Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio, de Esposende.

Na abertura da sessão, depois de umas breves palavras de acolhimento por parte do anfitrião Manuel Machado, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Eduardo Graça fez algumas revelações importantes, como a de que a elaboração da nova Conta Satélite da Economia Social será empreendida este ano e que a próxima edição do Prémio terá uma nova categoria, dedicada à Comunicação Social, e a cerimónia de entrega acontecerá a 24 de janeiro de 2019, data em que se assinalam 50 anos da morte de António Sérgio.

Mais à frente, o presidente da CNIS, depois de lembrar que "a Economia Social é a economia das pessoas, com as pessoas e pelas pessoas", destacou o papel do ministro, do conhecimento e inovação e da aliança com a Academia, a diversidade das oito famílias que compõem a Economia Social Portuguesa e ainda da necessidade de divulgar e reconhecer as boas práticas como essenciais para o desenvolvimento do setor.

"Este prémio evidencia a diversidade da Economia Social, também a sua enorme capilaridade e uma história complexa e rica", referiu,



no fecho da cerimónia, o ministro Vieira da Silva, acrescentando que esta é uma "realidade secular e do presente e em mutação muito acelerada".

O governante recordou a "realidade singular que é a consagração constitucional da Economia Social, por vezes esquecida" e que "a lógica de cooperação com o Estado faz sentido, não tanto pelo reconhecimento das dificuldades do Estado em chegar a todas as áreas, mas porque há áreas em que não é obrigatório que seja o estado a chegar".

Por isso, "o crescimento, diversidade e transversalidade da Economia Social exige que as relações com o Estado sejam cada vez mais aprofundadas e exigentes", argumentou o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

De seguida, Vieira da Silva elogiou o "esforço de convergência das diferentes famílias" em torno da criação da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP) "e contrariar isto é não viver o momento histórico".

Para o ministro, "se queremos um setor que se afirme a nível nacional e na Europa é bom que este seja convergente", sublinhando: "Convergir não é uniformizar, não é empobrecer, mas enriquecer".

Antes já o padre Lino Maia se havia referido "à importância da comunhão de todas as famílias da Economia Social" em torno da CESP, "que por certo será um instrumento de visibilidade" e que, "consagrando a comunhão, não dissolverá as especificidades próprias de cada família nem atacará a sua autonomia".

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.















Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C CHARON Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A 1350-177 LISBOA TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88 E-MAIL: TRIVALOR OTRIVALOR PT









MINISTRO VIEIRA DA SILVA NA ONU

Envelhecimento da população não pode ser visto como um fardo para a sociedade

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social defendeu na ONU, em Nova Iorque, que "o envelhecimento da população não pode ser visto como um fardo para a sociedade". "O envelhecimento da população não pode ser visto como um fardo para a sociedade. Pelo contrário, temos de reconhecer o seu potencial para o crescimento da economia e para uma sociedade inclusiva. E este desafio está ainda longe de ser reconhecido e posto em prática", disse José António Vieira da Silva na 56ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas.

Vieira da Silva apresentou a Declaração de Lisboa "A Sustainable Society for all ages: Realizing the potencial of living longer" (Uma sociedade sustentável para todas as idades: Realizar o potencial da longevidade), assinada em Lisboa em a 22 de setembro de 2017 pelos 56 Estados-membros da Comissão Económica das Nações Unidas para a região Europa (UNECE).

"A economia está a mudar rapidamente e novos riscos estão a surgir. São necessárias novas respostas, respostas que têm de ter em conta uma nova

abordagem sobre o envelhecimento. É imperioso mudar a forma como olhamos para o envelhecimento, dissipando estereótipos e atitudes tanto na sociedade como nas empresas e nas organizações", explicou.

A Declaração de Lisboa estabelece três prioridades até 2022: reconhecer o potencial da pessoa idosa, encorajar o envelhecimento ativo, e garantir um envelhecimento com dignidade.

O ministro disse que este documento é importante porque "apesar de os países da região Europa estarem a recuperar, a estrutura sociodemográfica ainda enfrenta grandes desafios."

"Com a Declaração de Lisboa, a região Europa aproveitou a oportunidade para sublinhar que as políticas de envelhecimento e a sua implementação devem ser vistas como uma responsabilidade partilhada por todos os grandes atores da sociedade", disse Vieira da Silva.

"Os desafios que estão perante de nós são enormes, e temos de ser pioneiros neste trabalho (...). Apesar do progresso conseguido, ainda há necessidade de mais reformas e investimento para ajustar



as políticas públicas às necessidades e desafios", adiantou.

Vieira da Silva tem prevista ainda hoje uma reunião bilateral com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.



LISBOA - CIDADE DE TODAS AS IDADES

50 milhões de euros para criar mil vagas para pessoas idosas e cuidados continuados

Os oito novos equipamentos previstos no programa "LisBoa - cidade de todas as idades", apresentado pela Câmara e Santa Casa da Misericórdia da capital, irão contar com mil vagas para idosos em estruturas residenciais e cuidados continuados.

Falando nos Paços do Concelho, na cerimónia de apresentação e assinatura do protocolo que irá dar início a este projeto, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) assinalou que esta será a "medida mais ambiciosa".

Com uma verba prevista de 50 milhões de euros serão criadas "mil novas vagas na cidade de Lisboa, entre respostas residenciais para pessoas idosas e cuidados continuados", referiu Edmundo Martinho.

Em declarações aos jornalistas no final da apresentação, o presidente da Câmara de Lisboa avançou que este valor e a construção das infraestruturas "será responsabilidade" do município.

"A Câmara de Lisboa disponibiliza os terrenos, irá construir os equipamentos", mas depois o "modelo de gestão é a Santa Casa que vai assegurar, com um contributo financeiro que a cidade agradece", afirmou.

Questionado sobre a inclusão deste investimento no orçamento municipal, o edil referiu que "este é um valor que estará dividido por vários anos". Quanto às vagas, as mil "são as que são possíveis", considerou. "Haverá necessidade de mais, haverá necessidade de este programa ir crescendo, mas também temos que dar não só este passo, que é um passo com importância, mas também irmos vendo de que forma é que se vai adaptando a resposta entre o sistema social e o sistema de saúde", acrescentou.

Com o "passar do tempo vamos avaliando com o Ministério da Saúde quem é que faz o quê para que tenhamos as pessoas melhor servidas", vincou.

As freguesias escolhidas para acolher estes espaços são Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Marvila, Santa Clara,



São Domingos de Benfica, sendo que o oitavo equipamento será integrado no eixo Ajuda-Alcântara-Belém.

Durante a apresentação, Medina salientou que estas localizações foram "estudadas e equacionadas" para "dar uma resposta que Lisboa não tem" atualmente.

Apontando que este programa ainda não está fechado e "não vive sem sentido de parceria", o autarca deixou o repto à rede social existente na cidade para que dê os seus contributos.

O acordo prevê também a requalificação de 21 centros de dia da SCML, que darão lugar aos espaços InterAge, com o objetivo de "aproximar gerações". Segundo o provedor, esta medida orçada em 12 milhões de euros "já está a avançar em fase experimental", mas está previsto "alargar a toda a cidade".

Para isso, serão criadas também 650 vagas em creches, disse fonte oficial do município.

Também em declarações aos jornalistas, o vereador dos Direitos Sociais elencou que os centros contarão com uma valência para idosos e outra para a infância, mas a sua distribuição irá depender "do local onde serão feitas, das freguesias e das suas necessidades".

"O acordo que o BE fez com o PS para a Câmara de Lisboa prevê exatamente intervir nestas áreas", lembrou Ricardo Robles, advogando que "esta é uma nova geração de políticas sobre o envelhecimento ativo".

Para o vereador, este é "um passo gigante na resposta nesta área" e o programa "mais robusto apresentado pelo município".

O investimento neste programa está previsto chegar aos 100 milhões de euros, será repartido entre o município e a SCML, instituição que irá assegurar "30 a 40 milhões", isto "sem incluir o esforço de funcionamento dos novos equipamentos", precisou o provedor aos jornalistas.







José Figueiredo Economista

AS GRANDES DA TECNOLOGIA:

A falsa neutralidade

A Internet nasceu como a utopia da modernidade - um meio de comunicação democrático, não hierárquico, imune ao controlo dos poderes, seja do estado, das academias, do capital, etc. Todos podemos publicar tudo, protegidos (caso queiramos) pelo anonimato...

E, no entanto, a utopia libertária arriscase a virar distopia e pesadelo.

As redes sociais amplificaram o sonho libertário, mas também os riscos distópicos. Um dos casos mais comentados (não necessariamente o mais grave) será, porventura, a interferência russa nas eleições americanas, através da utilização massiva de informação falsa e publicidade política intencional divulgadas nas redes sociais, nomeadamente na Facebook e no Twitter. Terão ajudado um louco a chegar a presidente da nação mais poderosa do mundo.

Chegámos ao atual estado de coisas na base de dois princípios de neutralidade ambos defensáveis no quadro utópico inicial: o primeiro é que os fornecedores dos serviços da internet (IP) devem ser neutros em relação aos utilizadores, o segundo é que as plataformas eletrónicas (redes sociais, por exemplo) devem ser neutras em relação aos conteúdos.

O primeiro princípio diz que os IP não podem discriminar entre utilizadores, isto é, o meu tráfego vale o mesmo e deve ser tratado da mesma forma que o tráfego de uma grande empresa, a Amazon, por exemplo.

No fundo, é o mesmo princípio dos telefones. Os operadores redes de telemóveis tratam todas as chamadas por igual – o que circula nas redes são bits de informação indistintos e absolutamente equivalentes para todos os efeitos.

Este princípio de neutralidade (net neutrality) foi defendido numa perspetiva progressista e incorporado em muitos quadros legislativos nacionais. A ideia era evitar que os IP (basicamente as grandes empresas de telecomunicações) pudessem, por exemplo, vender rotas de tráfego mais rápido, com preço diferenciado, a quem estivesse disponível para o pagar como, por exemplo, as grandes do comércio eletrónico (Amazon, Netflix, Priceline, etc...) deixando para os utilizadores comuns, como indivíduos e pequenas empresas, um serviço de segunda categoria.

Consta que o inferno está cheio de boas intenções e esta bem poderá ser uma delas.

Na verdade, quem ganhou com a "net neutrality" foram as gigantes da tecnologia, em certa medida à custa das empresas de telecomunicações. As gigantes tecnológicas, como

a Facebook, fazem margens a rasar os 50% enquanto a generalidade das telecoms se contenta com margens de um dígito único. Na verdade, a fortuna da Google ou da Facebook resulta justamente do facto de ser fácil para todos aceder aos seus conteúdos, deixar por lá informação pessoal que depois é monetizada na forma de publicidade superdirigida.

Também é verdade que, na ausência da neutralidade, a vida poderia ser mais difícil para as startup – não teriam poder financeiro para pagar tráfego de qualidade contra as empresas maiores e já instaladas. Um mundo não neutral seria mau para a inovação.

O argumento é verdadeiro. Contudo as atuais gigantes da tecnologia dispõem de um tal poder, nomeadamente em termos financeiros, que, provavelmente, abafam mais a criatividade e inovação que eventuais regras não neutrais de acesso aos IP.

É, no mínimo, um tema para debate!

A neutralidade dos conteúdos é ainda mais controversa. O caracter democrático e não hierárquico da net implica um direito a publicar que não pode ser limitado por autoridades públicas, académicas, religiosas, políticas, etc.

O anonimato é, porventura, mais discutível. O anónimo pode atacar cobardemente os adversários e, nesse caso, é moralmente repugnante.

No entanto, temos de reconhecer que existe um ângulo de defesa do anonimato. Quer o diga James Damore, o engenheiro de sistemas que denunciou discriminações de género na Google e que, por causa disso, foi prontamente despedido. Se a denúncia tivesse sido feita sob anonimato protegido talvez ainda por lá andasse e a ajudar à causa! O facto de o criador da Bitcoin se ter desde sempre protegido sob o pseudónimo de Satoshi Nakamoto foi, porventura, essencial para o nascimento dessa notável criação intelectual.

A linha de defesa da Facebook ou da Twitter é a seguinte: nós não somos meios de comunicação, somos apenas plataformas eletrónicas onde pessoas livremente colocam conteúdos. A frase da COO da Facebook, Sheryl Sandberg é lapidar: "No nosso coração somos uma empresa tecnológica, contratamos engenheiros. Não contratamos repórteres, ninguém é jornalista, não cobrimos notícias.".

Obviamente trata-se de cinismo em estado puro - a Facebook é (só!) a maior fonte de notícias do mundo.

Claro que a Facebook quer evitar a todo o custo ser classificada como meio de



comunicação para não ter de sujeitar-se às responsabilidades daí decorrentes.

A lei americana, a "Communications Decency Act" é de 1995 e protege os "fornecedores de serviços interativos entre computadores" da responsabilidade pelos conteúdos que transmitem desde que não sejam produzidos diretamente pelos próprios. Fazia todo o sentido em 1995 para proteger as empresas que, na altura, se limitavam a transmitir conteúdos alheios e sobre os quais não era suposto terem (ou deverem ter) qualquer controlo. Da mesma forma que, logicamente, não podemos responsabilizar as empresas que produzem papel de jornal pelo que, depois, é pintado e editado sobre o mesmo papel.

Só que, em 1995, não existiam nem Facebook nem Twitter nem era possível antecipar que pudessem surgir. Não era possível antecipar que plataformas eletrónicas de intercâmbio social pudessem tornar-se em máquinas potentíssimas de produção e divulgação de informação com manifesto interesse público, mas sem qualquer regulação ou controlo. Como também não se poderia antecipar que viriam a tornar-se empresas gigantescas com capitalizações bolsistas muito maiores que o PIB da maioria dos países do planeta.

O tema é complexo. Por um lado, temos o sonho libertário do meio de comunicação democrático, não hierárquico, livre de todo o tipo de constrangimentos, por outro, temos o mal, o muito mal que essas plataformas podem causar desde a possibilidade de difundir informação falsa, interferir ilegitimamente em processos democráticos, quando não permitir divulgação de ideologias de ódio ou terrorismo puro e duro. Lembrar que as redes sociais foram a base de recrutamento de coisas hediondas como o estado islâmico.

As redes socias reclamam o estatuto de praças públicas e a praça não pode ser responsabilizada pelo que lá se diz ou faz.

Talvez, mas se a praça pode fazer mal (e muito mal) temos de a controlar. O grande problema é que temos de o fazer sem destruir o sonho libertário e daqui resulta um equilíbrio manifestamente complicado.

As soluções não são simples, mas abdicar de evitar (ou tentar evitar) o mal é moralmente insustentável.

De soluções (ou tentativas de solução) falaremos nas próximas crónicas.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

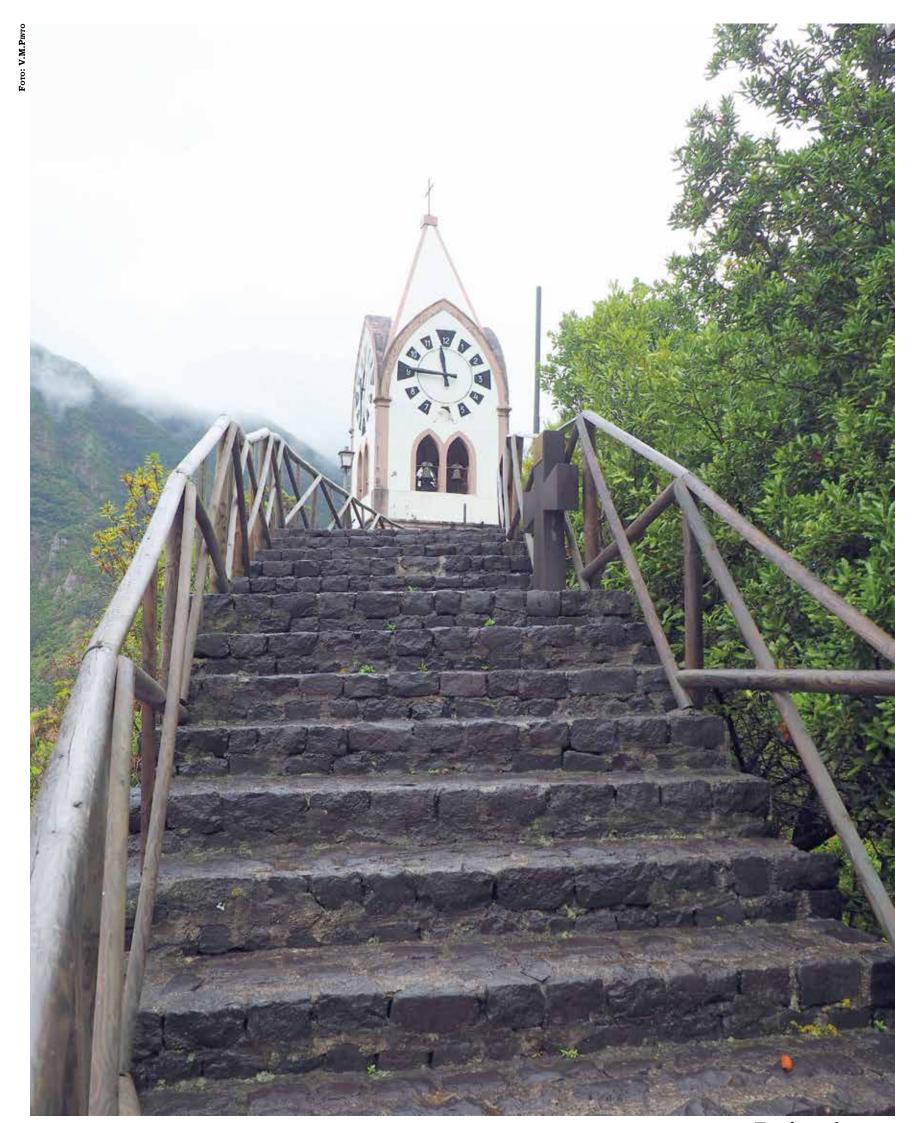
- · Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- · Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.





Está na hora...

FICHA TÉCNICA



PROGRAMA INTEGRADO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA AS IPSS

Associadas da CNIS podem inscrever-se até 15 de fevereiro

Termina a 15 de fevereiro o prazo para as IPSS associadas da CNIS se inscreverem no Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS (PIEE IPSS), que tem como objetivo principal sensibilizar e formar os colaboradores das IPSS (380) para a temática da Eficiência Energética, através da criação de uma rede de Coordenadores Internos de Energia (CIE) capacitados no âmbito do Programa.

O PIEE IPSS resulta de uma medida financiada no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC 2017-2018), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), promovido pela RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional).

Podem tentar ser uma das 380 instituições a admitir todas as IPSS associadas da CNIS, sedeadas em Portugal continental e na Região Autónoma da Madeira.

O Programa decorre ao longo de três fases – Capacitação do Coordenador Interno de Energia (CIE); Desenvolvimento do Programa com as 50 instituições selecionadas; e Concurso – e atribuirá, no final, um prémio aos melhores projetos apresentados.

Na Fase I (Capacitação do Coordenador Interno de Energia), depois de selecionadas, as

380 IPSS serão contactadas de forma a ser nomeado/selecionado um CIE, que será o elo de ligação com a equipa do Programa.

Nomeados e indicados os 380 CIE, serão organizados 38 workshops formativos (dois por cada estrutura intermédia da CNIS), com a duração de cinco horas, com o objetivo de dar a conhecer o Programa, motivar a participação das IPSS e capacitar cada um dos CIE.

Seguir-se-á uma ação formativa para todos os colaboradores das 380 IPSS iniciais do projeto, que terá como base um Manual de Boas Práticas a desenvolver entretanto. Em simultâneo será desenvolvida uma versão resumida do Manual de Boas Práticas, adaptada para habitações particulares, a distribuir por todos os utentes e respetivas famílias.

Aqui haverá um segundo momento da Fase I, com a seleção de 50 IPSS, através de um concurso, com o objetivo de dar continuidade técnica ao Programa.

Já na Fase II (Desenvolvimento do Programa com as 50 IPSS selecionadas), a escolha de 50 IPSS terá como base o potencial de redução de consumos de energia. Para isso serão analisados com maior pormenor os inquéritos iniciais já recebidos e as faturas de energia, processo que contará com o apoio

dos CIE. O trabalho dos CIE será acompanhado pelas Agências de Energia e Ambiente que prestarão todo o auxílio necessário ao esclarecimento das dúvidas.

Nas 50 IPSS selecionadas serão realizados levantamentos energéticos, vulgo diagnósticos energéticos simplificados, que serão geridos diretamente pelos CIE de cada IPSS e apoiados pela equipa do Programa e Agências de Energia e Ambiente.

As IPSS estarão, assim, em condições de apresentarem um projeto com propostas/ideias de medidas, de âmbito comportamental, pedagógico e de sensibilização, que permitam a melhoria da eficiência energética, o aumento do desempenho energético e a redução da fatura de energia elétrica dos seus edificios.

Essas propostas/ideias serão enquadradas no âmbito de um concurso que preenche a Fase III.

Após a apresentação dos projetos no âmbito de uma nova fase de concurso, serão premiadas as IPSS com as propostas/ideias que mais se destacarem. Estas IPSS serão premiadas através da realização de auditorias energéticas aos seus edificios, mas também através da implementação de medidas de melhoria da sua eficiência energética.



